

# Revista **Adu**sp

Associação dos Docentes da USP  
Seção Sindical da Andes - SN - Julho 1998 - Nº14



**ENTREVISTA:**  
**François**  
**Chesnais**

## **Defesa da universidade pública**

**Governo reduz  
investimentos em pesquisa**

**Colômbia, um quebra-cabeça  
de vida e morte**



---

## APRESENTAÇÃO

**O** ensino superior público no Brasil vem enfrentando uma série de reveses nos últimos tempos. O ataque vai da privatização – como ocorreu com a Universidade Estadual do Tocantins no ano passado – aos baixos salários. Os governos federal e estaduais, de forma orquestrada, investem contra o ensino público, gratuito e de qualidade. Os professores das universidades federais, sem reajuste há quatro anos, foram obrigados a entrar em greve no início deste ano e até a apelar à greve de fome para sensibilizar o governo federal a rever sua política salarial. Nas estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp), o Cruesp concedeu o ínfimo reajuste de 3%, o que levou os professores da USP a um dia de paralisação. Estas questões são analisadas nesta edição da Revista Adusp pelos professores Roberto Romano, Aziz Ab’Saber, Júlio Pudles, João Zanetic e J. Leite Lopes. Não bastassem esses problemas, um outro ronda as universidades: o corte de verbas para bolsas de pós-graduação. As verbas para a pós-graduação caíram de R\$ 880 milhões para R\$ 811,7. Isto pode comprometer o futuro da pesquisa no país, conforme relata matéria publicada nesta edição. Para falar sobre o fenômeno da globalização e as crises financeiras que estão assolando todo o mundo, entrevistamos o economista francês François Chesnais que alerta para a possibilidade de o Brasil vir a enfrentar a mesma situação vivida pelo México em 94. “Quando vocês enfrentarem uma crise cambial no Brasil, podem apostar que a burguesia financeira brasileira será a primeira a deslocar seus investimentos para fora do país”, diz Chesnais. Ele afirma, também, que as turbulências asiáticas marcam o início de uma crise econômica internacional e vê na ruptura radical com o neoliberalismo a saída para renovar o programa da esquerda. Esta edição traz ainda artigos dos professores Marcelo Guina, Ana Luiza Lima Sousa e Jonicael Cedraz de Oliveira, e do jornalista Adrián Padilla, da Venezuela.

#### **DIRETORIA**

Jair Borin, Osvaldo Coggiola, Marcos N. Magalhães, Iraci Palheta,  
Ildo Luís Sauer, Lighia B. Horodynski-Matsushigue, José Moura Gonçalves Filho,  
Paulo Y. Kageyama, Antonio César Fagundes, Jairo Kenupp Bastos, Ires Dias

#### **Comissão Editorial**

Adilson O. Citelli, Bernardo Kucinski, Fernando Leite Perrone,  
Francisco Gorgônio da Nóbrega, Khaled Goubar, Nelson Achcar,  
Nilza Nunes da Silva, Norberto Luiz Guarinello e Zilda M. Gricoli Iokoi

Editor: Marcos Luiz Cripa vd

Editor de arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Capa: Dmag

Revisão: Isabel Cristina Lelis Ferreira

Secretaria: Alexandra Moretti Carillo e Aparecida de Fátima dos Reis Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Ilustrações: Maringoni e Luís Ricardo Câmara

Fotolitos: Bureau Bandeirante

Gráfica: Chesterman

Tiragem: 5.500 exemplares

#### **Adusp - S. Sind.**

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo -SP

Internet: <http://www.adusp.org.br>

E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)

Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466

Fax: (011) 814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação trimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas desde que os textos, inéditos, sejam entregues em disquete e tenham, no mínimo, dez mil e, no máximo, vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial que decidirá sobre seu aproveitamento.

---

# ÍNDICE

6

**DATA-BASE  
ATO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

7

**O DOCENTE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
E DA PÓS-GRADUAÇÃO**

*Roberto Romano*

11

**GOVERNO DESCONSIDERA TRABALHOS  
PRODUZIDOS NA UNIVERSIDADE**

*Aziz Ab'Saber*

13

**REFORMAS ESTÃO OCORRENDO EM TODO O MUNDO**

*Júlio Pudles*

14

**HISTÓRICO DA DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

*João Zanetic*

17

**UNIVERSIDADE E CIÊNCIA,  
AS AMEAÇAS DO GOVERNO FEDERAL**

*J. Leite Lopes*

19

**CORTANDO NA CARNE**

*Gilberto Maringoni*

23

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
COMPROMISSO SOCIAL OU SOLIDARIEDADE?**

*Ana Luiza Lima Sousa*

29

**ENTREVISTA**

*François Chesnais*

37

**AS COMUNITÁRIAS E O RÁDIO LIVRE  
DOS SEM-COMUNICAÇÃO**

*Jonicael Cedraz de Oliveira*

48

**COLÔMBIA:  
UM QUEBRA-CABEÇA DE VIDA E MORTE**

*Adrián Padilla F.*

56

**NOTAS DA ACADEMIA**

---

## Data-base

# ATO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Daniel Garcia



*A decisão do Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), de reajustar os salários em apenas 3% este ano, causou indignação nos docentes da Universidade de São Paulo. Como forma de manifestar seu inconformismo com o reajuste da data-base, os professores paralisaram suas atividades dia 4 de junho e realizaram duas atividades classificadas de “protesto consciente”.*

*No dia 4, pela manhã, foram distribuídos 1.200 livros de Monteiro Lobato aos alunos da Escola Estadual Daniel Paulo Verano Pontes. Além destes, outros 2.000 estão sendo entregues a bibliotecas de escolas estaduais e municipais na região do bairro do Butantã (SP) e da cidade de Ribeirão Preto, interior do Estado. Ainda no dia 4, no período da tarde, foi realizado um Ato em Defesa da Universidade Pública.*

*Participaram do Ato como debatedores os professores Roberto Romano (Unicamp), Aziz Ab’Saber (USP), Júlio Pudles (USP) e João Zanetic (USP). Eles discutiram os problemas da universidade, as formas de combater a crise e a política educacional que vem sendo desenvolvida pelos governos federal e estadual.*

*Com o propósito de socializar as preocupações e propostas dos debatedores daquele Ato, a Revista Adusp reproduz a essência do pronunciamento de cada um dos debatedores.*

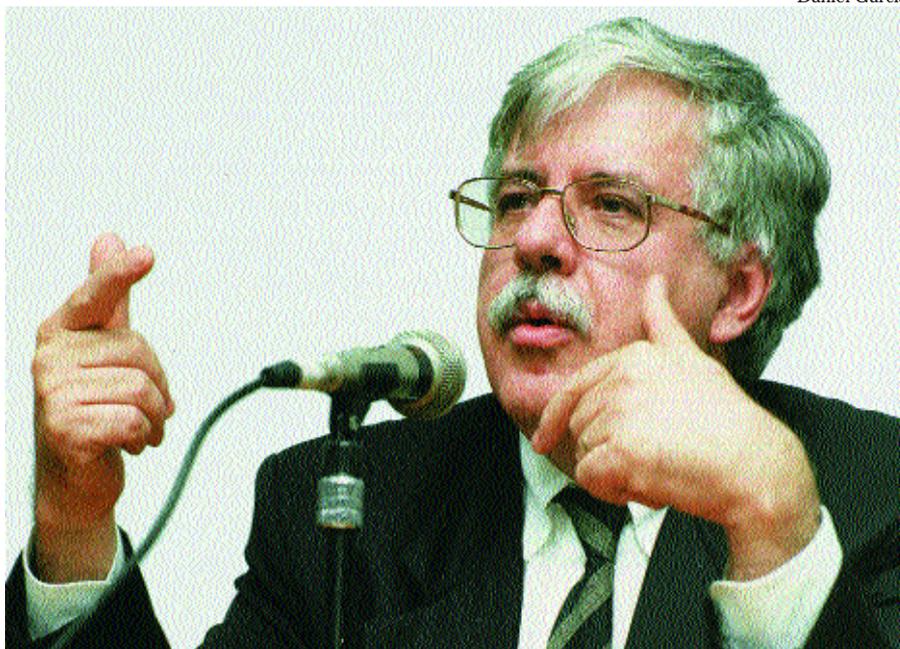
# O DOCENTE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E DA PÓS-GRADUAÇÃO

Roberto Romano

Daniel Garcia

**N**ão sou uma pessoa muito emocional, mas no que diz respeito à política dos governos federal e estadual para a universidade pública, só posso ter uma reação, que é de receio. Sinto, portanto, uma apreensão muito grande. Justifico. Está no Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE), que foi elaborado desde o antigo Fórum de Educação e que estava preparado para a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB). Vocês conhecem muito bem a história desse Fórum e como ele foi traído por membros do parlamento, inclusive por figuras respeitáveis na educação brasileira, como é o caso de Darcy Ribeiro, que fez uma espécie de “monstrengo”, que é a nossa atual LDB.

Esse Fórum e as suas contribuições levaram a um Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira muito mais democrático que o do governo federal. Ele foi apresentado ao Congresso Nacional depois do último Coned realizado em Belo Horizonte, em 1997. Junto com este plano, que prevê aplicações substanciais em educação no país do primeiro ao último grau e, em termos especialmente sepa-



rados, a aplicação de 1,5% do PIB na pós-graduação, está correndo em paralelo o plano do governo que os especialistas em educação costumam afirmar que é abstrato. São, portanto, apenas determinações de princípios. É isso que eu gostaria de discutir com vocês.

Na verdade, este plano federal se afigura como uma espécie de plataforma para que o governo, através do parlamento, introduza a reforma da universidade que ele quer. Um dos pontos que mais chama a atenção nesse suposto plano é justamente o setor da instituição pública superior. É espantosa a violência com que os redatores do projeto afirmam que as três univer-

sidades paulistas são um contra-modelo daquilo que deve ser a universidade que eles querem; as três universidades paulistas gastam muito e exigem muito em termos da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Eles nomeiam claramente as nossas três universidades como elementos negativos que devem ser modificados.

Nós, que temos um pouco de orgulho de ser apontados como modelos de boa universidade, tomamos um certo susto quando vemos no governo de Fernando Henrique Cardoso uma lei pela qual somos execrados de uma maneira absolutamente violenta. Estamos na contramão, segundo ele,

daquilo que se faz na França, nos Estados Unidos, e inclusive daquilo que se faz nos países da extinta União Soviética. Então, os grandes modelos seriam esses: universidade de massa voltada para a graduação e a formação de técnicos para o mercado. A pós-graduação e esse elemento extremamente caro que constitui a universidade são um peso que deve ser abolido. Eu diria até que, nesse momento do texto desse anteprojeto, temos um panfleto muito mal redigido. Sim, um panfleto, porque não há nada que seja mais profundo do ponto de vista doutrinário sobre a universidade.

Essa proposta, porém, tem a sua coerência. Há muito, pelo menos desde os anos de 76, 77 e 78, se gestou no Sebrap uma teoria sobre a universidade brasileira que tem justamente esta ênfase: cabe à universidade pública, sobretudo, o ensino de graduação; cabe aos centros de excelência intra ou extra-universitários a pesquisa fundamental. Isto os senhores encontram, para não dizer que estou caluniando, abundantemente na *Folha de S. Paulo* e também naquele panfleto de José Arthur Gianotti. Ele chega ao ponto de dizer que um professor de matemática não precisa conhecer matemática moderna para ensinar porque isso atrapalharia seu ensino de graduação. Ou seja, chega de fazer pesquisa, o importante é o ensino de graduação.

Em 1979, numa reunião da Sociedade de Estudos Filosóficos realizada na USP, o professor Gianotti

voltou a essa tese. Na ocasião, ele foi mais explícito e afirmou que cabe à universidade a graduação. E a graduação seria aquele imenso curral onde os meninos e as meninas pastariam quatro anos e no final se tomariam os melhores para a pesquisa de ponta. Além disso, nesse período todo, o Sebrap foi colocado como espécie de paradigma de uma organização que faz pesquisa verdadeira – como diz Gianotti –, com o profissionalismo americano

*Acho que  
um dos problemas graves  
entre nós acadêmicos é o de  
afirmar que o governo FHC  
não tem uma política definida.  
Tem, sim, uma política e  
ela é muito clara e  
bem definida.*

e a aristocracia acadêmica européia. Essa seria, então, a marca desses institutos. Sei que muita gente ficou comovida com a saída de Gianotti do Conselho Nacional de Educação, conselho esse que caminha para a mesma situação de seu antecessor pelas mesmas razões. Temos dados sobre esse aspecto também, mas efetivamente ele e outros intelectuais estão ligados, do ponto de vista orgânico, à produção da política de FHC, subordinada à política do FMI. Esse

grupo tem uma política muito definida. Acho, inclusive, que um dos problemas graves entre nós acadêmicos é o de afirmar que o governo FHC não tem uma política definida. Tem, sim, uma política e ela é muito clara e bem definida.

O que está acontecendo agora no país, coerentemente com essas propostas que vêm há duas décadas, é o desmonte da pós-graduação. Participei recentemente da avaliação da Capes, em Brasília, e nós, consultores, tivemos de analisar programas com padrões que não resultaram do passado dos programas, isto é, foi de maneira retroativa, contrária a qualquer norma de direito, que os programas foram julgados. Foi estabelecido um pacote de análise extremamente tecnocrático. Para que vocês tenham uma idéia, não tivemos acesso aos processos dos programas mas, sim, aos números, e muitos números entre os quais tivemos de caçar os que realmente importavam. Nessa medida, fomos avisados no primeiro dia de avaliação que, dada a mudança nas notas, e dados os novos padrões, dificilmente conseguiríamos dar uma nota cinco para aqueles grupos que tinham A. Notamos que, de fato, tudo tendia a baixar de uma maneira drástica as notas de todos os programas. Além disso, tivemos, durante uma semana, a presença quase constante dos dirigentes da Capes nos exigindo diminuir as notas dos cursos.

Esse ponto seria irrelevante se a Capes não utilizasse o discurso que é o mais comum: todas essas

modificações surgiram da consulta à comunidade. Graças a Deus, tínhamos entre nós um representante da área de teologia, que, como teólogo, fala diretamente com Deus. Ele disse: “Isso que vocês estão dizendo não é verdade. Não houve consulta nenhuma à comunidade, sequer aos coordenadores de pós-graduação”. Essa avaliação da Capes exige que efetivamente os próprios programas dêem-se uma nota muito baixa. O que significa isso? Significa que eles não têm importância real do ponto de vista de ensino, pesquisa, etc. Alguns setores não respeitaram essa determinação e deram, para alguns programas, a nota 7. Na minha área, por exemplo, que é filosofia, mantivemos a nota 6, porque para ter 7 eles exigem que o programa tenha nível de competitividade internacional de trabalho. Então nós ficamos no 6, o que desagradou profundamente a direção da Capes. Mesmo o programa do Rio Grande do Sul, que tem o Pronex, não aceitou esse tipo de colocação.

Este dado tem de ser levado em conta com outro elemento que está no documento da Capes que comunica essas mudanças. A Capes considera que a formação de doutores, pesquisadores, etc. já está feita; não é preciso mais insistir nisso. Agora, temos de formar técnicos competentes para competir em termos nacionais e internacionais na produção técnico-científica no mercado. Essa seria a função da Capes e a avaliação da Capes, mas, pela primeira vez se desvin-

cula de maneira oficial a avaliação e o fomento. Quer dizer, um programa pode ter uma avaliação excelente e nem por isso a Capes será obrigada a aplicar recursos naquele programa. Esse é um ponto. Outro ponto grave é, que nessa avaliação a palavra dos consultores não é definitiva. Nós analisamos os programas, mas esta avaliação segue para um comitê superior composto de técnicos que irão corrigir nossa avaliação. Notem o

***Essa avaliação da Capes exige que efetivamente os próprios programas dêem-se uma nota muito baixa. Significa que eles não têm importância real do ponto de vista de ensino, pesquisa, etc.***

tipo de encaminhamento que está sendo determinado: eles querem forçar as áreas técnicas, científicas e humanísticas a cometerem Hara-kiri, a depreciarem seus próprios programas.

Além desse aspecto, de estarem desmontando a pós-graduação dentro da universidade, eles coerentemente propuseram o tal do incentivo à graduação, a famosa bolsa de incentivo à graduação. Desmonta a pós-graduação e supostamente fortalece a graduação. Por outro lado,

temos também outro dado preocupante que é a quantidade de processos pedindo a abertura de programas de pós-graduação de universidades privadas. Por exemplo, existe no interior do Rio de Janeiro uma universidade chamada Severino Sombra, um general que criou uma universidade e um curso de pós-graduação em história. Nesse curso, advogados, médicos e engenheiros fazem a pós porque é o único curso de pós-graduação na universidade. Esse curso apresentou no seu quadro docente nomes da universidade pública de projeção internacional. Muitos e muitos programas estão chegando à Capes, o que leva à seguinte preocupação: no caso da Severino Sombra, o atual comitê de História recusou como produção daquele programa de pós o trabalho desses renomados historiadores, que nada têm a ver com o programa. A pergunta que nos fazemos é a seguinte: daqui a três ou seis anos, será que teremos docentes nesses comitês com memória histórica e com apego suficiente à universidade pública para realizar semelhante corte nas universidades privadas?

Outro ponto é a atitude do próprio ministro Paulo Renato. Há questão de seis meses, na Comissão de Defesa do Contribuinte, na Câmara, o ministro disse que aplicaria 300 milhões de reais nas universidades privadas que foram mal no provão. Esse dinheiro era do BNDES, mas ele tentou dizer que não era público, no que foi contestado pelo deputado Ivan Valente e por outros. O ministro, finalmente,

chegou a aceitar a idéia de que era dinheiro público, mas disse que era preciso ajudar essas universidades. Por que, então, fizemos o provão?

No mesmo instante em que são retirados do sistema Capes-CNPq cerca de 450 milhões de reais, ele propõe 300 milhões de reais para essas universidades particulares. Por outro lado, temos a proposta dessas bolsas de graduação e programas que poderiam ser perfeitamente defensáveis, desde que integrados organicamente na pesquisa da universidade. Por exemplo, no caso do Pronex, contra o qual tenho lutado e o qual venho denunciando desde seu anúncio, acho que se a proposta fosse vinculada organicamente à pesquisa universitária, até que poderia ser aceito. Note-se o volume de recursos que está sendo retirado da pesquisa institucional e alocado nesses programas do Pronex. O dinheiro público está sendo utilizado até para a compra de telefones. Além disso, existem problemas graves, como a própria ocupação do espaço da universidade.

Outro problema diz respeito à questão dos docentes que, ao se aposentarem, vão “trabalhar” numa universidade privada, dando seu nome e seu título para que recursos da Capes, do Finep, do CNPq e da Fapesp sejam aplicados nessas universidades. Essa é uma saída individual que tem sido mais constante. Vemos colegas de máxima responsabilidade científica e ética dando seus nomes para atrair recursos públicos para as universidades privadas. Outra saída são os centros, que não são de pesquisa mas, sim, de captação de recursos,

de tal modo que, embora a estrutura toda esteja se deteriorando, estamos perdendo na Unicamp algo em torno de 30% do nosso quadro. Por exemplo, a área de Filosofia da Ciência que era um programa nota A, por falta absoluta de docentes e pesquisa, caiu para nota 3. Estamos assistindo a esse tipo de coisa que vem por pressão direta do poder ou que nos pega e dissocia internamente, de tal modo que temos dificuldade de desenvolver um projeto coletivo de universidades ligado às necessidades fundamentais da população. É como se fôssemos um ser à parte que está sendo fragmentado e perdendo cada vez mais a sua possibilidade de vínculo com a população.

O primeiro passo que me parece fundamental é o conhecimento de todas as iniciativas que estão sendo propostas pelo governo, tanto no plano da pesquisa quanto nos planos do ensino e da extensão. O segundo ponto é acompanhar muito de perto as implantações já existentes das organizações sociais, mas ressalto que não podemos tratar esse fato como amadores, porque eles estão usando juristas e não podemos nos esquecer de que o governo tem a sua bancada no Supremo Tribunal Federal e na própria Justiça. Portanto, temos problemas seríssimos a enfrentar no caso dessas organizações sociais. O terceiro elemento que me parece importante é que aqui em São Paulo tenhamos plena consciência de que somos alvo da política do governo federal através dos órgãos de financiamento federais ou mesmo através do executivo estadual, que tam-

bém não nos mostra uma situação muito rósea para o próximo ano, uma vez que teremos ou o governador Paulo Maluf ou o governador Mário Covas tentando levar adiante esse projeto de privatização da universidade pública.

Nesse ponto me parece que temos de ter consciência de que estamos sendo apresentados como contra-modelo; temos de nos conscientizar de todas as medidas políticas e jurídicas que estão sendo tomadas, temos de acompanhar muito bem a tramitação desses projetos nacionais de educação e tudo isso demanda um trabalho e um conhecimento extremamente grave. Esse momento de paralisação da Universidade de São Paulo é muito importante para a reflexão sobre os nossos próximos passos. Não podemos ter ilusões, realmente temos inimigos externos – e isso não é paranóia –, temos dados e elementos extremamente rigorosos do ponto de vista empírico e lógico, e temos também essa desagregação interna, em boa parte causada por esses nossos inimigos. Há a possibilidade, portanto, de que daqui a dez ou quinze anos tenhamos programas de pós-graduação em universidades elitizadas e privadas implantados com o dinheiro público. Na outra ponta ficarão as nossas universidades públicas esvaziadas de pesquisa e trabalho científico de ponta, servindo como pura e simples sucata destinada a cuidar dos novinhos dentro do pasto. Chegou o momento de dizer sim ou não a esse tipo de coisa.

---

**Roberto Romano** é professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

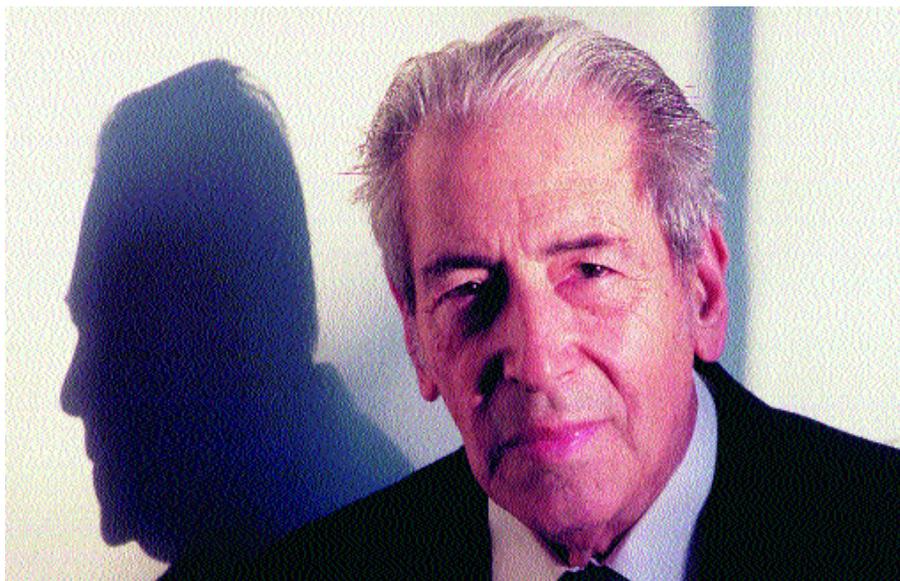
# GOVERNO DESCONSIDERA TRABALHOS PRODUZIDOS NA UNIVERSIDADE

Aziz Ab'Saber

Daniel Garcia

**E**ntendo esse dia de paralisação como de reflexão e também como um educadíssimo alerta para as autoridades da universidade brasileira. Não quero deixar de dizer que sou muito amigo do reitor da USP, professor Jacques Marcovitch. Ocorre que os problemas que nos levam a discutir as três universidades estaduais paulistas são muito maiores do que apenas a USP ou alguns de seus setores.

Primeiramente, queria dizer que estamos fazendo observações e críticas sobre acontecimentos ligados a pessoas que se formaram na Universidade de São Paulo e ganharam expressão cultural nacional e internacional por terem sido alunos da USP e, de repente, são os maiores traidores dos nossos princípios, da nossa ética e da nossa vontade de prosseguir trabalhando. Isso me deixa profundamente indignado. Às vezes não tenho coragem de passar perto de alguns dos que fizeram essa traição fantástica contra a universidade pública brasileira, até porque não há o que falar com eles, pois são neoliberais herméticos ao debate e a qualquer senso de ética.



Estou vindo de uma reunião com os alunos da Geologia, na qual foi homenageado um cidadão simples, nascido em Olímpia, no estado de São Paulo, em 1960. Ele trabalhou tanto na difícil profissão de geólogo que acabou participando da descoberta das maiores jazidas de minério de ferro que o século XX apresentou ao mundo, a maior, sobretudo em qualidade. E Breno Augusto dos Santos é filho dessa universidade. Então, pessoalmente, contraponho o Breno (aos traidores da Universidade), homem simples e trabalhador que saiu da Alameda Gleite e foi desenvolver sua pesquisa na Amazônia. Um dia, sobrevoando de helicóptero a Serra dos Carajás, que era totalmente desconhecida em

termos de sua geologia, ele pousou sobre uma clareira e estava em cima de uma das maiores jazidas de minério de ferro.

Contei isso a vocês porque estou saindo de lá e vindo para este evento, o que significa que temos de ter uma força participativa nesses próximos dias e nesses próximos meses. Ontem (*16 de junho*) o senhor ACM declarou “escolham tal pessoa porque se não o escolherem será o caos”. Considero isso uma ameaça à estruturação de um país que atingiu os níveis que nós sabemos que atingiu, e que não existe caos a não ser que eles façam um serviço para que o caos possa acontecer. É muito grave esse tipo de declaração partindo do presidente do Senado do Brasil.

Quando a gente faz uma pequena análise de tudo aquilo que a Universidade de São Paulo fez pelo Estado, e muito mais pelo Brasil, percebemos que ela não pensa só no Estado, mas, sim, em todo o país. Agora, por exemplo, estamos em uma luta tremenda por causa da ação problemática das secas no nordeste. É uma área diferenciada do ponto de vista físico, climático, hidrológico e sobretudo humano, dentro de um país úmido com outros problemas em cada uma das suas regiões. Essa luta, por exemplo, foi deslançada por gente da Universidade de São Paulo e os governantes foram obrigados a reconhecer que se atrasaram nas medidas emergenciais ao atendimento de uma população de 22 milhões de pessoas que moram nos sertões.

A universidade também já fez programas que os governantes não atenderam. Quando fizemos, lá no Instituto de Estudos Avançados (IEA), o Projeto Florian, um dos colegas foi para Brasília oferecer o projeto aos membros do governo, e um cidadão que não gosta da universidade disse: “não li e não gostei”. É mais ou menos assim que os membros do atual governo nos tratam. E é por isso que temos de dar uma resposta de cidadania, uma resposta de trabalhos contínuos. Pessoalmente, não tenho muita tristeza porque o governo está dando um certo estímulo à universidade particular. Só que, atenção, as universidades que formaram as gran-

des elites extravasam para a universidade particular em vários caminhos. Afinal de contas, nem todo mundo fica dentro da universidade; é necessário ter empregos e trabalhar em outros lugares. E o começo de certas carreiras é simples. Mas fazer aquilo que o Roberto Romano está dizendo, de começar a dar às universidades particulares 300 milhões de reais para incentivos, a fim de que um dia também as uni-

que vão mudar as questões das administrações de empresa ao longo do tempo. Ele veio à universidade, é filho da universidade.

Aposentei-me em 1982. Não sou um dos vagabundos do senhor Fernando Henrique Cardoso, porque continuei trabalhando doze anos seguidos sem ganhar um tostão, pagando a minha gasolina, meus lanches, etc. para vir à universidade quase todos os dias. Então posso colocar a minha mão na frente do senhor presidente, que só sabe contratar seu genro e cuidar mais das relações de seus familiares do que da situação geral de todos aqueles jovens que saem da universidade brasileira e enfrentam as maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Sei que cada um de vocês sabe de casos de pessoas que não têm o nicho empregatício que mereceria. A gente deve lutar criando novos cursos, entrando em novas áreas e fazendo pós-graduação com muita coerência.

Para terminar, queria dizer a vocês que hoje cuido um pouco de questões ambientais e ecológicas, mas no fundo cuido mais de planejamento regional. Por isso mesmo, vejo os maiores desmandos possíveis e imagináveis entre os componentes do governo atual e dos seus áuricos e asseclas. É bom pensar nisso.

*Aziz Ab'Saber* é professor titular aposentado de Geografia Física da USP e professor visitante honorário do Instituto de Estudos Avançados.

***A universidade  
também já fez programas  
que os governantes não atenderam.  
Quando fizemos, lá no Instituto de  
Estudos Avançados (IEA), o Projeto  
Floran, um dos colegas foi para Brasília  
oferecer o projeto aos membros  
do governo, e um cidadão que  
não gosta da universidade disse:  
“não li e não gostei”***

versidades públicas sejam privatizadas... o Brasil perderia um de seus maiores patrimônios culturais ganhos pela instalação de 40 universidades existentes em todo o país. Sei de pessoas que saem da Universidade, entram em empresas particulares e acabam se adaptando aos interesses das empresas. Agora mesmo ouvi uma pessoa lá no simpósio dos geólogos que saiu daqui e hoje faz a propaganda do nível empresarial, prevendo como é

# REFORMAS ESTÃO OCORRENDO EM TODO O MUNDO

Júlio Pudles

Daniel Garcia

**A** minha conversa vai ser um pouco diferente do que se passou até aqui. Vou mostrar que esse problema que está se passando com a universidade pública não acontece somente no Brasil. Está acontecendo também na França, na Inglaterra... Existe um grande problema, que é a universidade pública em todos os países avançados, e isto se reflete no Brasil. Precisamos ser lúcidos, não podemos dizer que tudo é bom na universidade pública, que tudo é perfeito. Nossa universidade está fazendo coisas fantásticas.

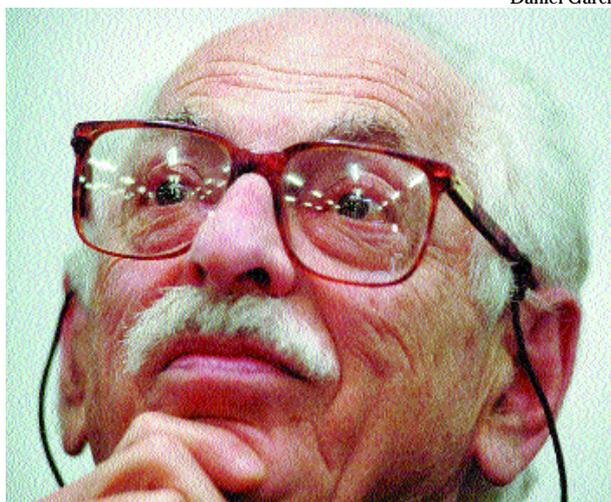
Peguei outro dia uma matéria do Cláudio Moura Castro, na verdade, um ensaio publicado na *Veja* de 4 de junho deste ano, na qual ele diz que o Ministério da Educação mantém 41.200 professores, 33.500 dos quais contratados em tempo integral, que custam 1 bilhão e quinhentos milhões de reais a mais para o Ministério. Desses 33.500, apenas 20% têm doutorado e somente 3.000 é que produzem. Então, estamos mantendo dois terços ou mais de professores em tempo integral que não realizam nada. Isso é uma verdade e não podemos fazer um corporativismo no ensino; queremos manter a universidade pública – sou um produto da universidade pública – mas temos de manter qualidade e não podemos ser corporativistas. Não po-

demos proteger os professores que apesar do tempo integral não fazem nada.

Isto está se passando em toda parte. A crise está ocorrendo na França e na Inglaterra, onde se discute o problema da privatização da universidade em governos socialistas. Na

França, o número de estudantes passou de um milhão para dois milhões e o governo não está agüentando manter o ensino de qualidade e a pesquisa. Eles estão querendo fazer uma reforma da universidade para que ela seja mais dinâmica, tenha mais contato com a sociedade e se ligue à empresa. De cada 100 estudantes que formamos no Brasil, 98 vão, seguramente, para fora da universidade. Esses 98 querem emprego. Será que nós, professores universitários, estamos preparando nossos jovens para trabalhar fora?

Quando vejo atualmente em São Paulo engenheiros da Escola Politécnica abrindo pizzarias, médicos especialistas em microcirurgia fazendo bolo para vender, ou chofer de táxi que é engenheiro mecânico, penso: “Como é que a universidade preparou essa gente que custou uma fortuna a ela, e que não encontra um trabalho e não está adaptada à sociedade e ao desenvolvimento tec-



nológico que temos”. Acho que, fora a defesa da universidade pública, temos de saber o que queremos fazer com ela no próximo século.

Essa é a reflexão que devemos fazer em nosso meio. Não temos discutido muito a forma como devemos preparar nossos jovens para o século XXI; não nos colocamos em questão. Acho importante que haja dentro da universidade pública uma revolução cultural, evidentemente não como a chinesa, que terminou em campo de concentração, mas uma revolução cultural que possa adaptar a universidade às mutações da sociedade moderna e defender qualidade. Acho que essa vai ser a única maneira de a universidade pública sobreviver contra a universidade particular privada: a universidade pública tem de demonstrar qualidade.

*Júlio Pudles é professor titular do Departamento de Parasitologia do Instituto de Ciências Biomédicas da USP.*

# HISTÓRICO DA DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

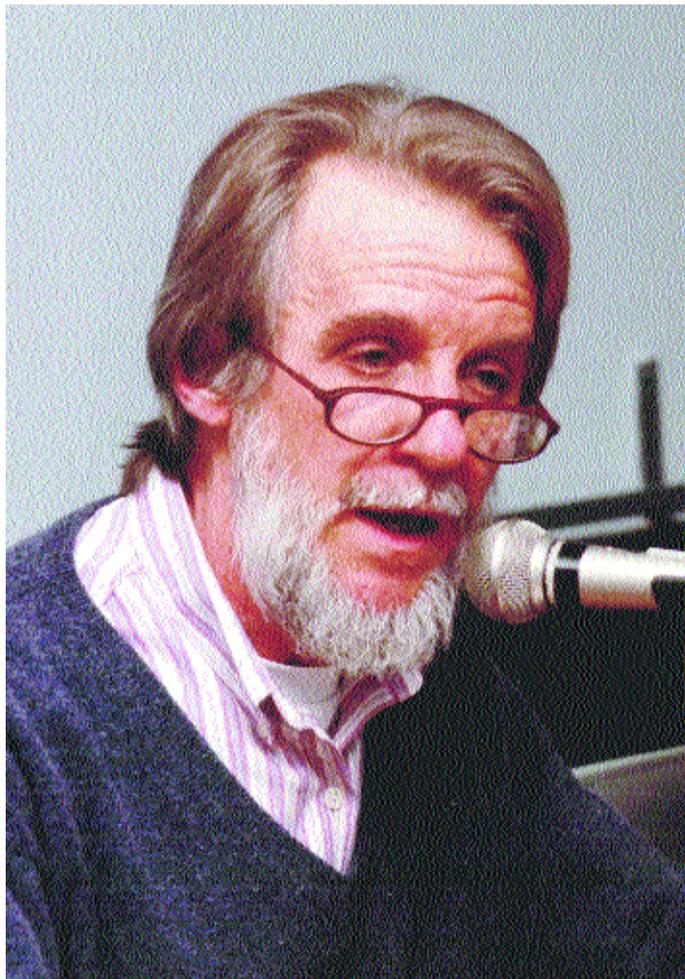
João Zanetic

Daniel Garcia

**T**ivemos três diferentes depoimentos, cada um focalizando nossa paralisção segundo o seu referencial. O Roberto Romano mencionou um problema que enfrento como presidente de uma Comissão de Pós-graduação. É a questão da avaliação baseada exclusivamente em números. O programa em que estou envolvido, que é o programa de pesquisa em ensino de física e que envolve o Instituto de Física e a Faculdade de Educação, foi, há dois anos, avaliado como “C” com base exclusivamente em números. Contra-argumentamos e levamos todo o histórico do que representa nosso programa de pós-graduação, pioneiro no país e formador dos quadros que hoje exercem a formação em pós-graduação nas várias universidades públicas do país. É um programa, portanto, que existe há mais de vinte anos. Agora, claro, tivemos o cuidado de contra-argumentar com a mesma filosofia que vínhamos adotando antes, mas procurando destacar os números também.

Tenho acompanhado o processo através da home page da Capes e a única coisa que soube fo-

ram alguns critérios, que imprimi e distribuí para meus colegas. Mas em nenhum critério ficava claro como seria a avaliação, ou seja, estamos totalmente em suspense. E olha que tivemos penalidades. O CNPq, utilizando o fato de o programa ter sido avaliado como “C”, reduziu o número de bolsas. Tínhamos oito bolsas da Capes e oito do CNPq, mas o CNPq não permitiu que substituíssemos os alunos que terminaram o mestrado e neste semestre temos três bolsas. Dependendo da avaliação, no segundo semestre não teremos nenhuma bolsa do CNPq. Nossa expectativa é de conseguir o nível anterior, que era “B”, algo comum nos cursos dessa área. Uma das razões que dificultam é o fato



de que estamos perdendo quadros. Vários docentes da área se aposentaram ou estão para se aposentar.

Dada minha condição de ex-presidente da Adusp, pensei em vincular minha intervenção a um pouco da história do Movimento Docente. E, ao pensar nisso, não posso esquecer de alguns ex-alunos meus de diferentes anos e es-

colas que estão aqui presentes e da resistência em defesa da universidade pública desde o ano em que entrei na USP, em 1964. De lá para cá, quase todos os anos participei de algum evento em defesa da universidade pública. Em maio de 68, há trinta anos, portanto, eu participava como estudante em greve da ocupação do Instituto de Física. Foi uma longa greve que se estendeu até meados do segundo semestre; entendíamos aquele movimento como defesa da universidade pública. Lembro-me de que naquela época fizemos um movimento de greve contra as listas de presença. Os alunos da Física sabem que até hoje o Instituto não passa lista de presença e a história disso vem daquela greve em que dizíamos: “Queremos qualidade de ensino em sala de aula”.

Vivemos hoje um momento em que a globalização é o grande paradigma. Para alguns, um paradigma imbatível ao qual temos de nos adaptar, para outros, apenas um entre vários que podem estar com ele competindo. Lembro-me de que em maio de 88 iniciava-se a discussão da reforma estatutária na universidade. Temos hoje os Estatutos, e em maio de 88 defendíamos uma proposta de reforma que foi derrotada no Plenário do Conselho Universitário. Entendo que a universidade acabou concentrando o poder de forma ainda muito mais intensa do que acontecia antes da última reforma universitária. A democratização pleiteada

dos órgãos colegiados com uma participação maior de docentes, funcionários e alunos foi barrada. Pleiteávamos o livre acesso à carreira universitária de então, e quando pensávamos na carreira entendíamos que significava a formação de quadros. Éramos contra, naquela época, que o acesso à carreira universitária ficasse restrito ao doutorado e pensávamos em acoplar a carreira a uma formação por meio da qual

***Vivemos  
hoje um momento  
em que a globalização é o  
grande paradigma. Para alguns,  
um paradigma imbatível ao qual  
temos de nos adaptar, para outros,  
apenas um entre vários  
que podem estar com  
ele competindo.***

aluno recém-formado deveria ter também a oportunidade. A universidade, portanto, formaria seu futuro professor, um pesquisador que estivesse ainda iniciando sua atividade de pesquisa.

No segundo semestre de 88, de novo levados à pressão pela deterioração de nossos salários, iniciamos um movimento de greve que resultou, em outubro, no lançamento do movimento “SOS Universidade”. Nesse movimento, fi-

guras da universidade e de fora dela vieram defendê-la, uma instância importante de formação de alunos e centro de pesquisas. No bojo desse movimento, tanto do SOS como da greve, tivemos aprovada a autonomia financeira das três universidades, quando o governador Orestes Quéricia acabou aprovando uma dotação orçamentária com base em 8,4% do ICMS. Já naquela época indicávamos que esse montante de recursos seria insuficiente para a continuidade do trabalho universitário e pleiteamos uma suplementação de recursos. Daí a luta na LDO, exatamente o que acontece a cada ano durante o mês de junho e que passou a fazer parte da luta em defesa da escola pública.

Ainda ontem (16 de junho), os reitores da Unesp e da Unicamp e o Vice-reitor da USP estiveram na Assembléia Legislativa discutindo com os deputados a possibilidade de mudança dessa dotação de recursos. Pleiteamos 11,6%, pensando na manutenção e na possibilidade de ampliação dos serviços prestados pela universidade à sociedade. A luta por melhores salários que nos envolve hoje está inserida na luta em defesa da universidade pública. Isso é o que nos leva a esse movimento e entendo que a preservação e defesa de melhores salários é um elemento fundamental na universidade e que possibilita, inclusive, que discutamos o papel do docente enquanto pesquisador com dedicação exclusiva. Entendo que

o regime de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa é o eixo fundamental do trabalho universitário. E, nesse contexto, a defesa de melhores salários se identifica com a defesa da universidade pública. O exemplo que cito dessa correlação é exatamente o que ocorreu com a escola pública de primeiro e segundo graus, onde a queda brutal de salários dos professores secundários nas últimas duas décadas se transformou no principal fator que levou à destruição da escola pública. Entendo que a defesa do salário é um elemento importante que permite manter a universidade pública com seu padrão de qualidade, de produção de pesquisa e formação de quadros para a sociedade nos diferentes campos em que a universidade atua.

Sei que vivemos um momento bastante crítico; a situação, como o professor Júlio Pudles mencionou, não é exclusividade nossa. As universidades em todo o mundo estão se repensando, mas sabemos que a presença do Estado enquanto principal esteio do trabalho independente de pesquisa é uma realidade nos países mais desenvolvidos. Mesmo os EUA, onde diferentes governos tentaram reduzir os recursos das universi-

dades públicas, encontraram resistência até de fora do campus universitário. Há dois anos, um documento assinado pelas maiores empresas norte-americanas se manifestou contra uma deliberação do governo Clinton, que sugeria a diminuição do aporte de

***Mesmo os EUA,  
onde diferentes governos tentaram  
reduzir os recursos das universidades públicas,  
encontraram resistência até de fora do campus  
universitário. Há dois anos, um documento assinado  
pelas maiores empresas norte-americanas se  
manifestou contra uma deliberação do governo Clinton,  
que sugeria a diminuição do aporte de recursos  
públicos para a universidade. Recentemente, o próprio  
Congresso norte-americano aprovou um aporte  
de recursos à universidade bem  
superior ao que era dado nos  
anos anteriores.***

recursos públicos para a universidade. Recentemente, o próprio Congresso norte-americano aprovou um aporte de recursos à universidade bem superior ao que era dado nos anos anteriores. O significado do fato de o aporte ser exclusivamente público é algo que nos envolve, assim como a questão da formação de quadros para a sociedade, que é um dado importante.

Hoje é muito comum abriremos uma vaga de ingresso em algumas áreas da Física e termos vinte, trinta pós-doutores se inscrevendo. Certamente, com a nossa política, os próprios alunos de graduação vão ter de fazer mestrado, doutorado, pós-doutorado fora e depois voltar para pleitear algum emprego. Nossos cursos de licenciatura têm perdido muitos alunos; a evasão é maior nas áreas de ciências exatas e humanas. É muito difícil imaginar um aluno nosso que faz um curso puxado de quatro ou cinco anos e depois pleiteia um emprego que lhe paga 5 ou 6 reais a hora/aula.

A questão é bastante sofisticada. Temos de melhorar, diversificar, criar novos cursos, buscar novas áreas que a universidade ignora e, ao mesmo tempo, cuidar da formação básica e independente e evitar que a universidade vire um instrumento do mercado. Lembro-me de que foram algumas colegas que acabaram criando a área de formação de físicos especializados em instrumentos utilizados na área hospitalar. Essa diversificação e agilidade são os atributos que a universidade tem de ter.

***João Zanetic é professor doutor do Departamento de Física Experimental do Instituto de Física da USP.***

# UNIVERSIDADE E CIÊNCIA, AS AMEAÇAS DO GOVERNO FEDERAL

J. Leite Lopes

O governo federal, desde anos, tem anunciado que não lhe compete fabricar aço, cuidar das florestas tropicais e da rica biodiversidade, explorar minas de materiais estratégicos raros, como o nióbio, e outros serviços relativos às nossas riquezas e nosso patrimônio. Antes, deve se dedicar a atividades como educação e saúde.

Entretanto, o corte de dotações para universidades federais, a diminuição do número de bolsas de formação e de aperfeiçoamento no setor científico, o terrorismo propagado pelas autoridades federais propondo uma redução de 30% nos vencimentos dos professores e pesquisadores ao se aposentarem, segundo projeto em estudo no Congresso, constituem ameaças ao florescimento das universidades públicas e ao futuro da ciência no Brasil, e até à sua sobrevivência. Para se livrar do fator de redução em suas pensões, centenas, senão milhares, de professores universitários e de cientistas nas instituições públicas tomam antecipadamente sua aposentadoria, empobrecendo gravemente e até anulando programas de pesquisa e cursos de ex-

celência construídos e oferecidos desde anos nestas instituições. Sou testemunha na área de Física dos avanços realizados em diversas áreas do país por esses homens de ciência e sei dos trabalhos magníficos com que pesquisadores em outras áreas, da matemática à biofísica e à biotecnologia, têm contribuído para o avanço da ciência universal no Brasil.

E, no entanto, o governo que cuida de nossos destinos é constituído por homens tais que um marciano, em visita à terra, diria serem excepcionais para favorecer a universidade e a investigação científica. Pois encontraria ele, em seus castelos de marfim, Brasília, um governo chefiado por um presidente da República que teve sua formação universitária custeada pelos cofres públicos e que é ex-professor de universidade pública, auxiliado por um ministro da Educação ex-reitor e ex-professor em uma tal universidade e um ministro da Ciência e Tecnologia que está nas mesmas condições. E quem é o ministro da Cultura senão um ex-professor e colega do presidente em universidade pública e que foi militante de partido político que prega um Estado que proteja a ciência, a universidade, a cultura e a educação?

Engana-se a opinião pública com iniciativas ambíguas e destinadas a dividir o corpo dos professores ao prometer bolsas a uns e ao negá-las a outros. Pois é difícil acreditar que professores universitários experientes, pesquisadores de alto gabarito, se recusem a oferecer cursos de graduação. Ora, se estão sempre absorvidos por seus problemas de pesquisa — como devem estar — sabem muito bem que ensino e pesquisa são inseparáveis em uma boa universidade, e seu trabalho é, em geral, acompanhado de aulas, sejam estas em cursos de pós-graduação, sejam em cursos de graduação.

A acusação de abandono de cursos de graduação pelos professores é talvez mais um pretexto do governo federal para desmoralizar a universidade pública, pois, segundo o ministro da educação, em entrevista ao jornal *O Globo*, de 5 de abril de 1998, “o atual modelo de universidade está falido”. E quais são as universidades privadas que — além da oferta de altos salários a seus reitores — baseiam suas atividades em criação de conhecimento novo? Pois é isto que os economistas em exercício no ministério da Educação, e provavelmente nos demais órgãos do governo, menosprezam: o trabalho permanente de investigação científica, de descoberta de novas idéias, de novas substâncias, de novos mecanismos e de novas técnicas que fizeram crescer a ciência no Brasil desde os tempos de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, de Álvaro e Miguel Osório de Almeida, de Manuel Amoroso Costa e de Maurício Rocha e Silva. E que fez se firmar hoje no cenário internacional a ciência brasileira com a descoberta de teoremas matemáticos sobre sistemas dinâmicos, com a descoberta do *méson pi* e com contribuições à descoberta do *quark top*, com os trabalhos pioneiros sobre a unificação das forças físicas, com a descoberta da bradi-

***A pesquisa fundamental nos Estados Unidos voltou a ter, pois, apoio espetacular de financiamento federal. Em contraste, no Brasil, ao invés de ajudar a ciência básica a amparar a universidade pública, empenha-se o governo federal em pregar a suposta falência dessas atividades básicas.***

cinina, de antibióticos, de tecnologias de ponta para a pesquisa de petróleo em águas profundas.

Fundada tardiamente no Brasil, a universidade pública abriga notáveis homens de ciência e cultura. Mas, quem diria que, sob o atual governo federal, corremos o risco de regressar ao fim do século passado, quando os positivistas eram contrários à criação da universidade em nosso país, uma vez que para eles isto seria um atentado à liberdade espiritual.

Enquanto isto aqui se passa, nos Estados Unidos, potência maior no mundo contemporâneo e modelo sagrado dos nossos estadistas, o presidente Bill Clinton pronunciava discurso sobre o Estado da Nação, no mês de janeiro de 1998, e nele prometia aumentar os orçamentos dos Institutos Nacionais de Saúde (National Institutes of Health) de 8,4% e de 10% àqueles da Fundação Nacional da Ciência (National Science Foundation), os maiores aumentos de recursos em sua história. A pesquisa fundamental nos Estados Unidos voltou a ter, pois, apoio espetacular de financiamento federal. Em contraste, no Brasil, ao invés de ajudar a ciência básica a amparar a universidade pública, empenha-se o governo federal em pregar a suposta falência dessas atividades básicas. Como afirmou, em editorial do dia 5 de abril de 1998, o jornal *Folha de S. Paulo*: “As escolas privadas, além de serem, na maior parte dos casos, fábricas de diplomas, não vão substituir o Estado numa atividade como a pesquisa que raramente é rentável e cuja finalidade não pode ser o lucro. É ilusório pensar que o país se modernizará sem um sistema de pesquisa”.

*J. Leite Lopes é professor emérito do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da ULP de Strasbourg.*

# CORTANDO NA CARNE

*Redução de verbas para bolsas de pós-graduação pode comprometer futuro da pesquisa no país*

**Gilberto Maringoni**

**U**m fantasma ronda a universidade brasileira: o corte de verbas para bolsas de pós-graduação. Embutida no pacote fiscal de novembro do ano passado, a subtração de 12,5% do orçamento para as instituições federais de incentivo à pesquisa já mostra seus resultados: o número de bolsas de mestrado e doutorado concedidas em 1998 às universidades estaduais de São Paulo será 16% menor do que no ano anterior.

“As conseqüências são muito grandes”, assegura Hector Francisco Terenzi, pró-reitor de pós-graduação da USP e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Segundo ele, a medida inviabiliza cerca de 900 bolsas de um total de 5.472 concedidas em 1997 na USP, atingindo todas as áreas.

Os recursos federais disponíveis para a concessão de bolsas de pós-

graduação no ano passado totalizavam R\$ 880 milhões, divididos entre o CNPq (Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Com o pacote, as despesas ficarão limitadas a R\$ 811,7 milhões. Como os valores individuais de cada bolsa não sofreram alteração, a sangria se deu no número de benefícios. Por isso, uma medida ainda mais dura foi a limitação de 50% na quantidade de novos incentivos, o que acarreta prejuízos de médio e longo prazo.

## **Ilha do atraso**

“Qual o critério disso?”, pergunta o professor João Zanetic, do Instituto de Física da USP e presidente da comissão de pós-graduação do Programa de Mestrado em Ensino de Ciência. “É puramente econômico, baseado numa produtividade empresarial, que não leva

em conta o fator de risco embutido em toda pesquisa científica. (...) Muitas vezes o CNPq usa de artifícios pouco claros na concessão de bolsas”, assegura ele. O programa presidido pelo professor Zanetic perdeu cinco novas bolsas em 98.

A opinião de Zanetic é comparilhada pela professora Nilza Nunes da Silva, orientadora do curso de pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública. “Em nossa unidade, pedimos 22 bolsas e só vieram oito”. Segundo ela, no meio do jogo, as regras são mudadas, deixando todos confusos. “Eu nunca tive um pedido de bolsa recusado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) ou pela OMS (Organização Mundial de Saúde). Agora, o CNPq me negou uma solicitação, sem que eu tenha recebido qualquer justificativa”. Chamando o órgão de “ilha do atraso” e “reduto de privilégios”, a professora reclama não valer a pena trabalhar com o Conselho.

“O número de bolsas na USP diminuiu”, resume Alessandra Schmitt, mestranda em Antropologia e ex-coordenadora da APG (Associação dos Pós-Graduandos) da USP. Ela afirma que quase 50% das bolsas concedidas pelo CNPq e pela Capes não resultam num trabalho final. Alessandra aponta falhas na legislação, que não cobra corretamente o desempenho dos alunos. “Em vez de fazer uma triagem entre os pós-graduandos, o governo simplesmente promove cortes”, completa.

O próprio reitor da Universidade, Jacques Marcovitch, em artigo publicado em 23 de março último, na *Folha de S. Paulo*, alerta que “os limites orçamentários para os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação (...) irão afetar a política de concessão de bolsas da Capes e do CNPq e desestabilizar todo o sistema de pós-graduação das nossas melhores universidades”. O reitor constata que “esse segmento, que é o de melhor desempenho no ensino superior brasileiro, teve uma espécie de prêmio às avessas. Foi punido pelo sucesso”.

### **Pós-graduação engessada**

Os dados das outras universidades estaduais paulistas não são muito distintos. Na Unicamp, 250 alunos, de um total de 700 que ingressaram nos programas de mestrado e doutorado, estão sem financiamento. De um ano para outro, a universidade viu o total de bolsas concedidas diminuir de 2.462 para 2.099. “O corte praticamente engessou a pós-graduação

## 51, UMA MÁ IDÉIA

*Os cortes de 12,5% nas instituições federais de fomento à pesquisa, CNPq (vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia) e Capes (vinculada ao Ministério da Educação), integram o pacote fiscal de 51 medidas anunciadas em 10 de novembro do ano passado pelo governo federal. Seu objetivo era economizar R\$ 20 bilhões do orçamento da União e proteger o país de uma possível fuga de capitais, que desestabilizaria o real. Tinha início a mais séria crise do sistema capitalista da última década. As economias dos então denominados “Tigres Asiáticos” estavam literalmente fazendo água.*

*O pacote dobrou a taxa de juros, estabeleceu a meta de demitir 33 mil funcionários públicos, limitou o financiamento de governos estaduais e municipais, cortou programas de investimentos em empresas estatais, aumentou impostos e, entre muitos outros pontos, estabeleceu o corte no financiamento às pesquisas de pós-graduação.*

*O presidente do Banco Central, dias antes do pacote, afirmou que a área econômica preparava um “saco de maldades”. Sete meses depois, o presidente Fernando Henrique Cardoso declararia à imprensa que havia algumas “maldades desnecessárias” nas medidas, mas que assinou o pacote “na confiança” da equipe econômica.*

da Unicamp”, afirma Carlos Alfredo Joly, pró-reitor de pós-graduação da Universidade. Na Unesp, o corte foi de 10% na pós-graduação, chegando a 14% nos programas de doutoramento.

Em todo o país, o CNPq cortou, no período, cerca de 1.600 das 49 mil bolsas que mantinha. O apoio à realização de congressos, que até 1997 alcançava R\$ 200 mil por evento, reduziu-se para R\$ 50 mil. De um total de R\$ 487 milhões, sua receita caiu para R\$ 437 milhões, segundo dados do próprio Conselho. No âmbito da Capes, a redução também foi significativa. As 11.712 bolsas de mestrado concedidas no ano passado foram agora reduzidas para 10.803 e as 4.040 de doutorado caíram para 3.523.

### **Prática transparente**

“Não houve um prejuízo tão grande”, rebate Gerson Galvão, Superintendente de Planejamento do CNPq. “Toda a nossa política é absolutamente transparente”, garante ao anunciar mudanças nas diretrizes da instituição. “Houve de fato uma redução de recursos. Apesar disso, hoje temos um número maior de doutorandos e uma queda do número de mestrandos”, reconhece ele. Sua expectativa é que não ocorram mais cortes, “sob pena de termos resultados dramáticos a médio e longo prazo”.

Hoje, o CNPq credencia e qualifica cerca de 6.000 orientadores em todo o país. Galvão cita, como exemplo das transformações, uma

série de programas destinados a suprir uma demanda induzida, isto é, aquela que não suscita um interesse direto por parte dos pesquisadores, mas que procura atender a uma necessidade social. Eles situam-se especialmente nas áreas de saúde pública e na articulação dos interesses da universidade com os da iniciativa privada, como pesquisas sobre couro, para a indústria de calçados, e sobre frutas, para a indústria de sucos, entre outras. “Mas os recursos para pesquisa são sempre insuficientes e temos uma demanda reprimida enorme”, diz.

O professor Zanetic não discorda das parcerias, mas levanta uma ponderação: “não acho que os investimentos em pesquisa nas áreas de ciência e tecnologia devam ser exclusivamente públicos, mas não vejo como a iniciativa privada possa substituir o Estado numa área que requer investimentos estratégicos de longo prazo”.

A opinião do professor encontra eco nos números. Apesar de 60,6% de um total de 1.858.529 estudantes de cursos superiores no Brasil estarem matriculados em instituições particulares no ano de 1996, as universidades públicas concentram quase 90% dos programas de pós-graduação. O número espanta pela disparidade: de um total de 1.775 cursos, os estabelecimentos privados respondem por apenas 169 deles. Dos 62.161 alunos matriculados nesses programas, 55.186 (81%) estão em instituições públicas. Os dados constam de um levantamento realizado pelo professor Alberto Carvalho da Silva, denominado “Pes-

quisa, Pós-graduação e Extensão nas Universidades Nacionais”.

### **Ciência e desenvolvimentismo**

Se examinarmos a história do apoio à pesquisa científica no Brasil, veremos que, em sua fase mais estruturada, ele coincide com a definição do longo ciclo econômico conhecido como ciclo de substituição de importações. Com raízes na década de 30, esse modelo ganhou terreno no pós-guerra e, com uma série de variações, prolongou-se até o início dos anos 80. O esforço para dotar o país de um parque produtivo moderno, centrado na indústria, exigiu que o Estado se tornasse o principal agente do desenvolvimento econômico. Não é de se estranhar que os primeiros incentivos consistentes à pesquisa científica e à formação de recursos humanos também tivessem tido um empurrão estatal.

Assim, segundo o estudo de Carvalho da Silva, a formação de uma rede de incentivos se deu no segundo governo Vargas, em 1951, com a criação do CNPq e da Capes. A Fapesp viria em 1960, coincidindo com o final da fase desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, seguida da Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), em 1964. Na virada dos anos 60 para os 70, foram traçadas as bases para uma Política Nacional de Ciência e Tecnologia, através do PBDCT (Plano Básico do Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Em 1971, seria criada a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), se-

guida da estruturação de um Conselho Interministerial de Ciência e Tecnologia, dois anos depois. Em 1985, foi implantado o Ministério da Ciência e Tecnologia.

De acordo com o documento “Pós-graduação ao Vaivém das Reformas”, produzido pelo mestrando em economia Edgar Ortiz Mora para a APG-USP, “nas últimas três décadas, o Brasil desenvolveu o maior sistema de ciência e tecnologia da América Latina e um dos mais significativos entre os países em desenvolvimento”.

O número de cursos de pós-graduação, segundo levantamento de Alberto Carvalho da Silva, aumentou de 227, em 1970, para 1.775 em 1995 e o número de titulados em pós-graduação aumentou de 4.675 em 1980 para 9.397 em 1995.

Com o lento esgotamento do modelo de substituição de importações e a tentativa de traçar uma nova orientação econômica a partir do final dos anos 80 e início da década de 90, a curva ascendente dos incentivos à pesquisa começou a oscilar. A abertura da economia do país, e as facilidades cada vez maiores dadas à importação de produtos manufaturados e semi-manufaturados e à instalação de empresas estrangeiras que trazem tecnologia pronta de seus países de origem, tem como consequência um desincentivo à elaboração de uma política própria no terreno científico e tecnológico.

Por este motivo, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento no ano de 1997, que somaram aproximadamente 1,15% do PIB (Produto Interno Bruto), representam

um significativo aumento comparado com 1990, quando essa relação resumia-se a 0,4%. No entanto, ao tomar como base o ano de 1988, época em que a participação desses incentivos no PIB era de 0,8%, percebe-se que este aumento não foi tão expressivo. O próprio quadro funcional do CNPq reduziu-se neste período. De um total de 2.772 servidores em 1990, o órgão conta hoje com apenas 1.993, lotados em Brasília e nos institutos localizados nos Estados, relata Walkyria Tavares, da Assessoria Técnica da Câmara dos Deputados.

### Desmorte cotidiano

“Eu acho que a situação da pesquisa piorou nos últimos anos”, lamenta o professor Zanetic, “e piorou por conta do achatamento salarial e do tempo de duração das bolsas”. Para o pesquisador, é verdade que os avanços na área de informática facilitaram a comunicação entre os estudantes, mas essa facilidade operacional não compensa o descaso geral com a área. Ele não desvincula as medidas do CNPq das dificuldades mais gerais que o trabalho de investigação científica vem encontrando no Brasil. “O desmorte da universidade pública não é invenção e nem um número estatístico; eu vejo isso em meu cotidiano!”, testemunha ele. A professora Nilza Nunes da Silva sente que na passagem de 1997 para 1998, período que coincide com a decretação do pacote fiscal, a relação com o CNPq ficou “complicadíssima”.

## VALORES DAS BOLSAS

	Mestrado	Doutorado
<b>Capes e CNPq</b> (federais)	R\$ 724,52	R\$ 1.072,89
<b>Fapesp</b> (estadual)	R\$ 970,00	R\$ 1.470,00

As bolsas de mestrado são concedidas por um período máximo de 24 meses e as de doutorado, por 48 meses.

Fontes: Capes, CNPq e Fapesp

Gerson Galvão, do Conselho, não compartilha dessas constatações. Para ele, o esforço do órgão se concentra em alguns tópicos. Entre eles estão excelência, balizada por critérios de qualidade, mérito e referência internacional; relevância da pesquisa para o interesse público; indução, ou seja, estabelecimento de prioridades; regionalização e descentralização e articulação de parcerias entre financiadores, produtores e usuários para evitar a dispersão de recursos.

### Maldades desnecessárias

As medidas do pacote fiscal foram extremamente duras para largos setores da vida nacional. A principal delas – a elevação da taxa de juros de 22% ao ano para cerca de 42% – redundou numa queda drástica da atividade econômica, aumento do desemprego e da inadimplência, além da elevação notável do número de falências e concordatas. Comentando as 51 medidas em entrevista coletiva na penúltima semana de junho, o presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu que algumas delas foram “maldades desne-

cessárias”, citando vagamente a proposta de demissão de 33 mil funcionários públicos, que não chegou a se concretizar. Sobre os cortes de R\$ 88,3 milhões na área de incentivo à pesquisa, nem uma palavra. Quando se compara o montante destinado a tais atividades com os pagamentos dos juros da dívida pública neste ano – cerca de R\$ 40 bilhões – constata-se que doze meses da atividade de pesquisa equivalem a menos de uma semana da rolagem desses débitos.

O reitor Marcovitch, no artigo já citado, afirma que “a sociedade está convocada a criticar esses cortes, que ferem fundo os interesses nacionais”. Pelo seu raciocínio, “não são apenas as universidades e os bolsistas que irão perder. Perdem as indústrias, com o impacto futuro em seu desenvolvimento tecnológico. Perdem os trabalhadores, pois o desenvolvimento científico é fator determinante para o aumento da renda nacional”.

“O investimento de risco, como a pesquisa em ciência básica, é parte integrante da história da humanidade. Ensino e pesquisa devem caminhar juntos”, sentencia o professor João Zanetic. 

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

## COMPROMISSO SOCIAL OU SOLIDARIEDADE?

Ana Luiza Lima Sousa

Beth Cruz/Abril Imagens



*Primeira equipe do Projeto Rondon, 1967.*

**C**onceituar a extensão universitária ainda é um desafio nos dias de hoje. Ela tem surgido, ao longo da História

sob as mais diversas definições, com tentativas diferentes de criar limites para sua prática. Algumas vezes tem sido usada, mesmo sem um entendimento claro dos que a executam, a pretexto de servir de

justificativa para atividades da academia que não encontram guarida no espaço da graduação e da pesquisa. Permanece aquela idéia de que tudo o que não for pesquisa e não for ensino, deve ser extensão.

Uma forma de conceituar por exclusão, sem a necessidade de um esforço maior para elaborar idéias.

Não se pode negar que existe uma construção teórica sobre o assunto no meio da universidade brasileira (Gurgel, 1986; Fagundes, 1985; Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, 1990 a e b; Fávero, 1980, Toaldo, 1977). No entanto, são embriões que têm sido pouco divulgados e sua disseminação ainda não é suficiente para provocar alterações nas práticas existentes. É necessário estimular e possibilitar discussões que auxiliem na elucidação de tão grande mistério: o que é extensão universitária?

A extensão já foi apresentada como a projeção da universidade ao meio, ou como uma abertura desta para a comunidade, ou ainda como instrumento de formação humana do acadêmico e prestação de serviços à comunidade. Trata-se de uma função da Universidade, ao lado do ensino e da pesquisa, e que deve servir como instrumento para que sejam alcançados os objetivos, não só pedagógicos, mas também sociais, políticos e culturais da existência da universidade na sociedade.

A universidade assume seu compromisso com a sociedade mediada pelas atividades extensionistas. São estas relações sociais que vão determinar o modelo de universidade que se cria e ao mesmo tempo

sofrer as determinações desta criação. Ela sempre está a serviço de alguém; seja no ensino, na pesquisa ou na extensão, ela sempre mantém um compromisso com algum grupo de seu meio social.

A extensão universitária é um instrumento mediador que deve propiciar o vínculo mútuo e dialé-

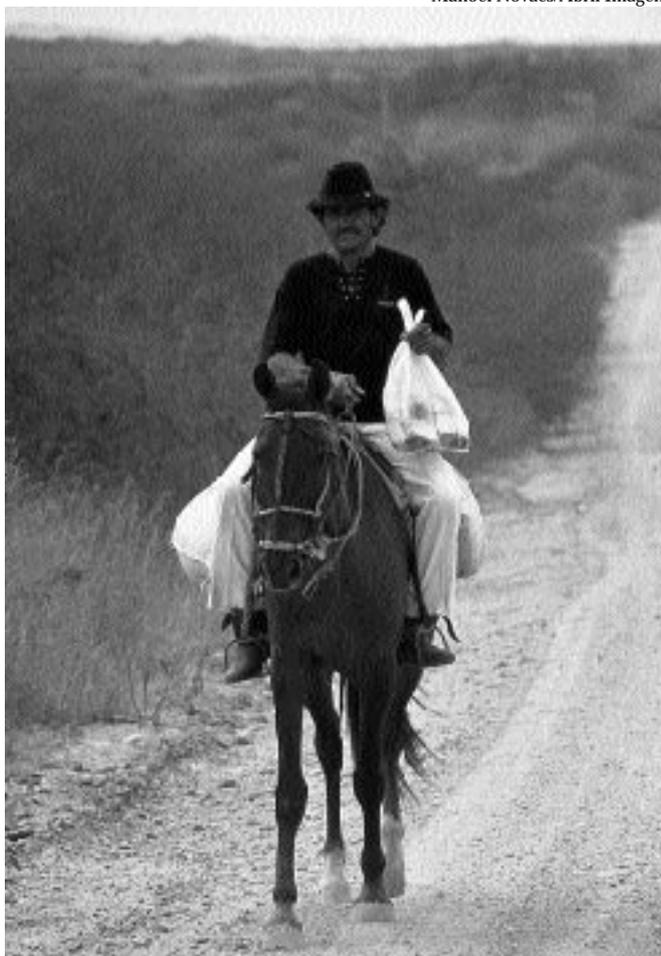
As atividades de extensão, que poderiam ser o instrumento mediador da universidade para ampliar seu compromisso social, tem se caracterizado pela desvinculação das necessidades objetivas das classes subalternas e pela permanente vinculação com os interesses das classes dominantes. E entendida dessa forma, como o instrumento mediador que pode catalisar as relações entre universidade e sociedade, ela ainda carece de maior elucidação.

### Construção de eixos teóricos

O que pode ser afirmado com certeza é que existe uma concepção sobre extensão universitária que vem sendo construída historicamente. Trata-se de uma construção que acompanha as idas e vindas do movimento histórico do país. É possível perceber claramente os sujeitos evidentes em cada momento de uma situação social determinada e o eixo teórico em construção.

Primeiramente passa-se por um período de importação de idéias, quando a difusão do conhecimento através de cursos livres e Universidades Populares era a única prática identificada como extensionista. A articulação da universidade/sociedade era entendida como a difusão do conhecimento produzido, como um mecanismo de erudição das massas.

Manoel Novaes/Abril Imagens



Um segundo eixo surge exatamente no momento em que também é possível identificar a presença hegemônica de um interlocutor assumindo a extensão como prática própria e com idéias perceptíveis sobre qual concepção orienta sua prática extensionista. Foi um eixo utilizado amplamente pelo movimento estudantil, no qual a extensão universitária era vista como uma prática político-cultural-ideológica. Esse eixo também foi assumido posteriormente, com nítidas diferenciações, pelo Estado e mesmo pelas Instituições de Ensino Superior (IES). No entanto, o Estado via a prática extensionista esvaziada de qualquer conteúdo político.

O terceiro eixo, utilizado prioritariamente pelo Estado durante o período repressivo, foi a extensão universitária vista como prestação de serviços, caracterizada pela assistência às comunidades carentes. E essa questão vem sendo um eixo sustentador da extensão por muito tempo, significando para muitos, ainda hoje, ser essa sua exclusiva atribuição. Apesar das críticas que pode sofrer esse tipo de serviço, ele foi fortemente justificado no contexto histórico que o sustentou e, mesmo hoje, poderíamos reconhecer sua necessidade. Mesmo com a presença do movimento estudantil nas atividades extensionistas, pode-se perceber que a prestação de serviços também era considerada uma estratégia da extensão. A diferença talvez residisse na tentativa de fazer desta prática uma assistência voltada para as comuni-

dades carentes, procurando não só desenvolvê-las materialmente, mas também provê-las de recursos intelectuais e ideológicos capazes de promover a superação de seu estado de miséria. Já a prestação de serviços entendida pelo Estado assumia sua face iminentemente assistencialista. O lema do Projeto Rondon corporifica bem a idéia desenvolvimentista que se apresentava naquele momento: "integrar para não entregar" (Cassimiro, 1986).

Atualmente assiste-se à tentativa de formação de um novo eixo. A prestação de serviços não tem sido abandonada como prática extensionista, mesmo quando as IES assumem a direção da extensão universitária, a partir da década de 80 (Fórum, 1990 a/b). O que tem sido proposto é uma ampliação desse modelo, com a extensão operacionalizada através da prestação de serviços, mas agora voltada para a venda desses serviços. Discute-se a importância e a necessidade de as universidades encontrarem parceiros do lado de fora de seus muros e assumirem juntos a mesma missão social.

E é justamente nesse momento que se pode perceber uma interferência externa na construção histórica da extensão universitária. Existe por parte da academia uma manifestação de fortalecimento dessa função. É possível identificar a direção que se pretende tomar, pois a questão da prestação de serviços torna-se o fulcro das discussões extensionistas nessa década.

### **Universidade solidária**

Aparentemente estamos vivendo um momento de fortalecimento da extensão universitária, tendo a própria universidade como interlocutora. Esta é uma função que está sendo vista como uma chance de recuperação social das universidades. Justamente por isso, o momento é oportuno para que sejam levantadas questões e discutidas novas propostas. A apresentação de qualquer elucidação mágica para questões ainda não formuladas seria uma temeridade, mas a universidade não pode se dar o direito de ficar à margem desse exercício de construção.

O que estamos presenciando no atual momento histórico da extensão universitária é uma tentativa, partindo do Estado, mais precisamente da Comunidade Solidária, do Ministério da Educação e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, com participação de empresas privadas, prefeituras e forças armadas, de reavivar o que já existiu outrora como Universidade Popular, UNE-Volante e Projeto Rondon, agora como o nome de Universidade Solidária, sendo que, a partir de 1998, o Projeto Móvel de Cultura e Meio Ambiente deverá ser agregado à nova edição do Universidade Solidária.

Há um resgate de idéias plantadas pela UNE com o Centro Popular de Cultura (CPC) (Barcellos, 1994) e a Universidade Volante (UNE-Volante) (Gurgel, 1986). É preciso reavivar na memória tais movimentos e o que eles significa-

ram na história da universidade brasileira. Inicialmente deve-se registrar que eram iniciativas direcionadas tanto para a politização estudantil quanto para a organização de movimentos populares. Eram movimentos voltados para a promoção popular e atrelados às condições políticas e culturais vividas pelo país. A preservação e a difusão da cultura popular eram consideradas como pontos fundamentais, assim como a conscientização das massa em relação às condições sócio-econômicas e políticas em que viviam (Paiva, 1985). Esse foi um momento histórico em que a extensão universitária esteve fundamentalmente nas mãos dos estudantes e sua presença na sociedade marcou-se principalmente pelas ações voltadas para a cultura e a educação, com conteúdos políticos.

Em um certo ponto da história da extensão universitária, alguns sinais indicavam que a venda de serviços seria o novo caminho a ser trilhado. No entanto, a academia parece ter dificuldade para navegar nos mares comerciais e aparentemente o que está acontecendo é mesmo um regresso à prestação de serviços *per se*. Nesse eixo em construção, permanece clara a dificuldade de participação dos segmentos da academia – alunos, professores e servidores. O compromisso social da universidade é reconhecido e tomado como responsabilidade por muitos. No entanto, a forma de assumir esse compromisso e o produto que pode gerar ainda carece de desenhos mais nítidos.

### **Compromisso da universidade**

A prestação de serviços tem sido uma das formas encontradas, historicamente, pelas Instituições de Ensino Superior para responder a esse compromisso. Trata-se de uma estratégia que deve ser rediscutida para perder seu caráter assistencialista e imediatista. Em muitos casos ela tem sido desenvolvida à revelia da própria comunidade assistida, demonstrando pedantismo de uma academia que ainda se julga detentora de saberes superiores àqueles produzidos fora dela. Talvez, a possibilidade de desenvolvimento de ações em parceria entre universidade e sociedade possa trazer luz sobre essa dificuldade.

O ressurgimento do Projeto Rondon nos anos 90 deveria estar provocando dentro das universidades movimentos claros de posicionamento e não a simples adesão como vem acontecendo.

A base desse Projeto é o envio de alunos para as regiões Norte e Nordeste, consideradas reservatórios de carências, para onde vão levar informações básicas de saúde, saneamento e educação, orientando a população de 195 municípios (Nogueira, 1997).

Discutir o compromisso da universidade com a sociedade não exclui essas regiões. No entanto, como justificar levar nossos alunos para tão longe se ao nosso lado estamos convivendo com concentrações de carentes tão grandes quanto e que, apesar de gritarem ao nosso lado, desconhecemos e não interferimos ou oferecemos qualquer tipo de participação. Que di-

ferença nossas universidades têm provocado nas regiões onde têm seus campi instalados? Por que não produzimos impacto sobre a população que está ao nosso lado, que está ao alcance de nossos olhos?

Até por uma questão estratégica, poderíamos estar participando muito mais, caso estivéssemos trabalhando com as nossas próprias comunidades. A solidariedade, nesse caso, é justamente o vínculo recíproco entre a universidade e a sociedade com as devidas relações de responsabilidade. A construção desse vínculo dentro de períodos interrompidos, e em situações sem o reforço da continuidade e da permanência, não parece uma tarefa possível e a história já tem nos mostrado que tipo de frutos isso pode produzir.

### **Papel da extensão universitária**

Diante do exposto, podemos observar que a extensão universitária vem sendo utilizada tanto como um instrumento de alienação como de emancipação.

A extensão universitária, enquanto instrumento de alienação tem servido para manter o status quo e a hegemonia de uma classe. Apresenta-se, neste caso, não como uma “prática social”, mas como um fetichismo dentro da universidade. Toma-se a extensão como um “fato independente da dinâmica do real” e a naturaliza. A partir do momento em que uma concepção sobre a extensão universitária passa a ser assumida pelos sujeitos de sua prática, definem-se os caminhos que podem ser trilhados. Mas isso signi-

fica também a possibilidade da produção de um conhecimento que esteja atendendo às demandas e expectativas das próprias regiões onde a academia sobrevive, sem a necessidade de importação única de idéias e modelos estrangeiros. Seria a universidade atuando dentro dos “limites das possibilidades reais”, atuando sobre o possível dentro do socialmente justo na construção de uma cultura própria (Guadilla, 1987:75).

A extensão universitária, ao longo de sua história, está presa entre dois caminhos que se contradizem. Observamos os diferentes momentos em que ora assumia uma ou outra direção, na dependência dos sujeitos de sua prática. Em uma direção ela deve buscar a superação de si mesma, através de sua prática, e conseqüentemente rompendo com sua própria concepção e servindo efetivamente como instrumento articulador que produz transformações tanto intra quanto extra muros da universidade; na outra direção ela também pode ser um instrumento articulador, mas alienante, servindo a interesses de determinadas classes hegemônicas no sentido de manutenção e continuidade, sem rupturas com o real. Neste caso, ela também pode alcançar sua superação, mas o preço pode-

rá significar a asfixia da universidade, mesmo com a prática do ensino e da pesquisa.

É este o papel histórico da extensão: aproximar a universidade da sociedade. Ser o instrumento de resgate destas possibilidades. A universidade, como já afirmamos, é ao mesmo tempo determinada pelas

Ademir Zé/Somma/Abril Imagens



condições sociais e determinante delas. Não existe, pois, uma posição de suposta neutralidade que a torne protegida das cobranças. A mais frágil hipótese sobre essa possibilidade já teria como conseqüência uma universidade asséptica e estéril, ou seja uma instituição longe de ser educativa e/ou transformadora.

Como um dos aparelhos formadores, a universidade deve reconhecer que a educação não lhe pertence unicamente, e que seu papel é abrir o horizonte intelectual do estudante, colocando conteúdos que tornem a educação um instrumento não só para a vida, mas para a transformação da vida e da sociedade.

Participar desse resgate da cidadania é obrigação da academia. E a extensão pode ser o instrumento viabilizador dessa participação. A posição assumida pela universidade, através de sua postura crítica e de sua qualidade, pode estar contribuindo, via extensão, para esse resgate não só entre os indivíduos, mas também para si própria.

A universidade está sendo convocada a assumir seu lugar na sociedade, sem perder de vista a perspectiva crítica que deve caracterizá-la. Ela, como instrumento de elaboração dos “intelectuais de diversos níveis”, precisa de um modo orgânico, colocar-se a serviço da sociedade sem favorecer a manutenção da hegemonia de uma classe em detrimento da sobrevivência das demais. A universidade precisa imiscuir-se “ativamente na vida prática” como construtora e organizadora de uma nova sociedade (Gramsci, 1989:3-10).

Historicamente, a universidade tem buscado se proteger da crise que envolve toda a sociedade. É temerosa do envolvimento e de suas conseqüências. Ela tem se assustado com os acontecimentos e mudanças do final deste século. Só que este susto não tem sido utilizado como alavanca para rupturas. O medo parece impedir o movimento. Devemos reconhecer toda nossa ortodoxia se pretendemos romper com o velho e assumir características de contemporaneidade. Disso depende nosso destino. Assumir que vivemos um momento de crise, de modo generalizado, pode ser positivo na medida em que isso significa o início do questionamento dos paradigmas que temos recebido. Estaremos construindo outro paradigma, e isso não é um processo cumulativo, mas uma construção nova, fundamentada em diferentes elementos, no caso, nossos elementos regionais (Guadilla, 1987:143).

O movimento que a universidade deve fazer, utilizando-se da extensão como mediadora desta ação, precisa começar dentro de si mesma e arriscar-se também fora de seus muros. Suas funções, já amplamente reconhecidas, de produção e disseminação do conhecimento, precisam do oxigênio de uma práxis revolucionária. Ela precisa estar vigilante quanto à sua função política de transformação das condições sociais de dominação.

A práxis revolucionária é o fundamento e a finalidade do conhecimento. Um conhecimento que o homem produz ao produzir as condições necessárias à sua existência, através do trabalho. O ponto de

partida, portanto, para a elaboração do conhecimento são os homens, em sua atividade, em seu trabalho, no interior das relações sociais que eles geram. E a universidade não pode pensar em si mesma como instituição formadora, se ignora o ambiente social na formação dos profissionais.

E é como práxis revolucionária que entendemos o papel da extensão hoje. É esta sua responsabilidade. Só desta forma a universidade poderá ser aceita como instrumento transformador do real, quando estiver atuando sobre as mudanças das circunstâncias, mas também sendo transformada pelas mesmas circunstâncias. Não devemos nos esquecer de que “o próprio educador tem de ser educado” (Marx & Engels, 1984:108).

“O espaço de produção efetiva do conhecimento é a práxis, onde se supera o saber pedante e se produz o saber revolucionário. E a isto, uma boa parte da Universidade resiste; boa parte de seus profissionais são fruto do velho princípio educativo, intelectuais de grande cultura ou especialistas, sem serem dirigentes, no sentido gramsciano (político + especialista). Os espaços de articulação com o movimento do real, como os estágios, a pesquisa e a Extensão, acabam sendo atividades marginais. Cair na vida, penetrar no caos, no buraco negro das relações sociais concretas, onde as explicações não são suficientes, onde o conhecimento é frágil, onde a competência formal não serve, é uma aventura que a poucos atrai. É mais confortável o útero morno e seguro da “mãe acade-

mia”. Os que conseguem, no entanto, romper os muros, por os pés – e a cabeça – para fora, deixando entrar o ar fresco da realidade nos pulmões, têm descoberto que é no movimento, no provisório, no caos, na dinâmica jamais “enquadrada” das relações concretas, que se transforma a Sociedade, que se faz a revolução” (Kunzer, 1992:22).

Ao cumprir o seu papel, a extensão estará atingindo sua possibilidade máxima, e será superada por si mesma. Quando a universidade for capaz de se libertar das amarras que lhe foram criadas e pela crítica, conseguir ver além de si mesma, as questões da extensão universitária deixarão de existir, pois não mais serão necessárias. A extensão tem um caráter de provisoriedade; ela não é perene e nem mesmo inerente à universidade. O que justifica sua presença é sua relevância social. Ela deverá superar a si mesma pela sua própria práxis.

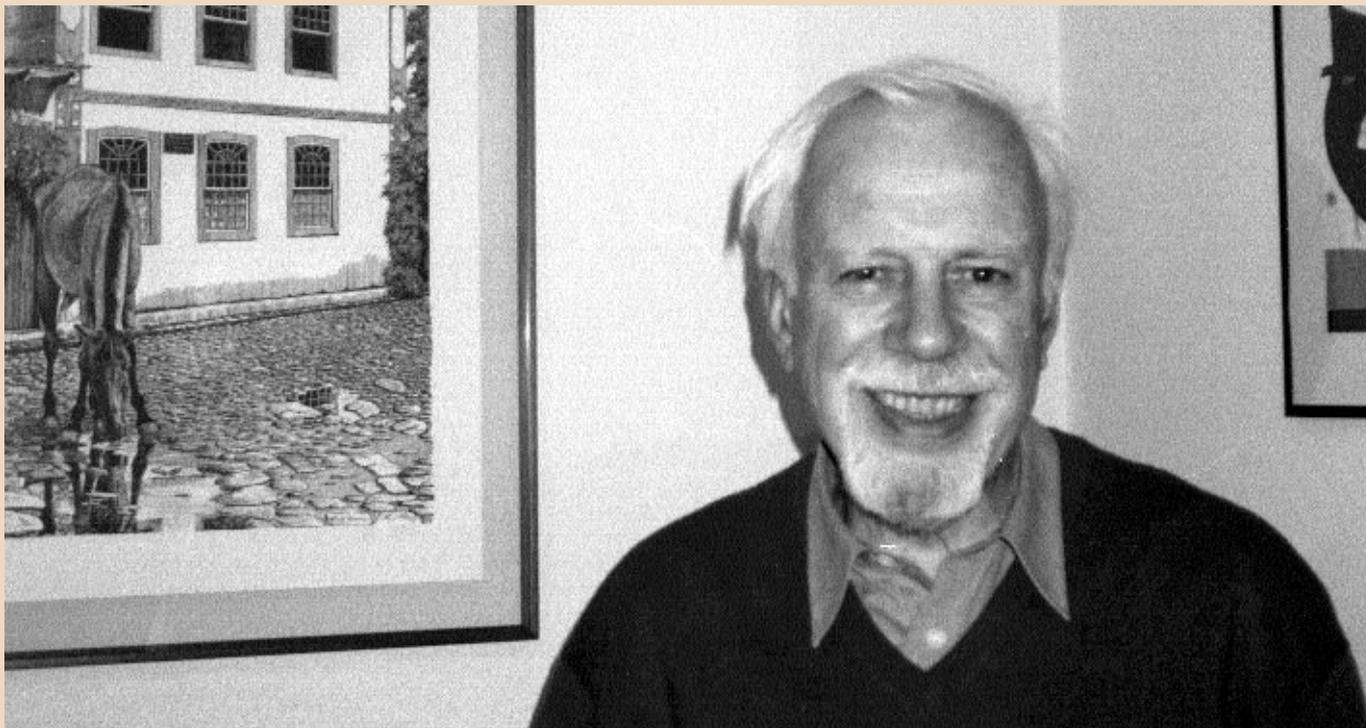
Esta nova postura da universidade a colocará como fator inigualável para o desenvolvimento sócio-econômico e sociocultural para o seu meio ambiente. Questões como financiamento, autonomia e existência democrática das IES serão respondidas através da práxis dessas instituições. A sua relevância do ponto de vista da sociedade que a sustenta será sentida não só pela presença material, mas também pela repercussão do cumprimento de suas funções de uma forma socializadora.

---

*Ana Luiza Lima Sousa é Professora Assistente da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás.*

**Entrevista**  
**François Chesnais**  
por Antônio Martins

## CRISE DA ÁSIA OU DO CAPITALISMO?



*Uma curiosa regressão tem marcado o noticiário há um ano. Depois de haver repetido durante anos que a economia, os mercados, as empresas, os lucros e até os preços são internacionais, os jornais recuaram há exatos doze meses. Desde então, os “experts” dos cadernos de economia ensinam que há em andamento uma crise... asiática; que os juros estão altos devido à crise da moeda... coreana; e que os prejuízos sofridos pela classe média que investiu em ações se devem à queda da bolsa de valores... de Moscou! Professor da Universidade de Paris XIII, assessor da OCDE por muitos anos, militante de esquerda que ajudou exilados brasileiros durante a ditadura, o economista **François Chesnais** tem procurado, desde que a crise começou, explicar que não adianta abrir a temporada de caça aos bodes expiatórios. Estudioso do neoliberalismo, autor de uma das obras clássicas sobre o tema (*A Mundialização do Capital*), Chesnais publicou diversos textos prevendo a crise desde a época em que o mundo - e a maior parte de seus colegas - acreditava na lenda dos tigres asiáticos. Quando a tendência de alta da bolsa de Nova York parecia algo tão definitivo quanto o fim dos projetos de transformação social, ele lembrava Marx e sustentava que não seria possível manter por muito tempo um sistema “conduzido por aqueles que vivem de renda sem trabalho e pensam que o dinheiro produz juros assim como a pereira produz peras”.*

**Adusp - O sr. tem sustentado a idéia de que o que ocorre na Ásia é a primeira etapa de uma crise econômica global. Por quê?**

**Chesnais** - Os jornais continuam apresentando a crise, todos os dias, como se fosse resultado de turbulências nos “mercados financeiros asiáticos”. Mesmo que pareçam reconfortantes, as notícias não serão capazes de esconder o essencial. Excetuados os Estados Unidos, a Ásia Oriental foi, nos anos 90, a única região do globo em que houve crescimento econômico significativo, tanto para os investimentos verdadeiros quanto para as aplicações financeiras especulativas. A gravidade do processo em curso está ligado ao fato de que, por trás de um episódio aparentemente financeiro, há na verdade uma crise econômica. Ela traduz a dificuldade crescente das empresas – principalmente asiáticas, mas também norte-americanas e européias – para vender as mercadorias produzidas, atender os objetivos de rentabilidade fixados para os investimentos produtivos e, portanto, satisfazer os níveis de rendimento aos quais os operadores financeiros se habituaram, sobretudo nos Estados Unidos, ao longo desta década. Para verificar a fragilidade da explicação que vê nos acontecimentos dos últimos meses um episódio apenas financeiro e regional, basta prestar atenção a um fato: a crise começou há um ano num país muito pouco relevante para as finanças internacionais: a Tailândia. Mas passou, semana após semana, por uma propagação internacional

quase “quimicamente pura”. Depois de atingir a Coréia do Sul e o Japão, além de ameaçar a China e Hong Kong, ela já se expande de forma mecânica.

**Adusp - Quais os mecanismos de propagação do incêndio?**

**Chesnais** - Há três mecanismos básicos. O primeiro está centrado no setor industrial. As empresas se vêem obrigadas a contrair severamente sua atividade, reestruturar-se e demitir. As medidas impostas pelo FMI agravam esta espiral recessão, que já provocou, na Ásia, o afundamento das exportações regionais e a busca frenética, pelos exportadores, de novos espaços nos mercados mundiais. Este processo acelera a deflação mundial no setor de matérias-primas – onde a queda dos preços já havia começado – e a projeta em direção a outros setores. O segundo mecanismo é o sistema internacional de crédito. A dívida colossal acumulada pelos países asiáticos foi feita por agentes econômicos privados: empresas e bancos, sobretudo. Os empréstimos contraídos fazem parte de longas cadeias internacionais de crédito, cuja manutenção está agora ameaçada.

**Adusp - Há risco de uma grande recessão mundial?**

**Chesnais** - O último mecanismo, completando a resposta anterior, está relacionado com as bolsas de valores. Elas são um mundo paranóico, que reage de forma irracional diante das “más notícias”. Devido ao caráter altamente hierarquizado das finanças, só a partir

de um crash em Nova York e Chicago poderá haver um movimento de amplitude capaz de provocar uma recessão mundial. Mas os próprios especialistas em mercados financeiros excluem cada vez menos esta hipótese.

**Adusp - Vivemos uma situação semelhante à das crises clássicas do capitalismo?**

**Chesnais** - Em parte, sim. Na verdade, há bolsões localizados de superprodução sobre um fundo de subacumulação e de uma demanda efetiva insuficiente. Os investimentos básicos em infraestrutura – por exemplo, redes de água, eletricidade e transportes – estão se reduzindo mesmo nos EUA, em particular nos bairros menos favorecidos das metrópoles. No terceiro mundo, a degradação é evidentemente mais grave. Estive em São Paulo em março. Bastou uma tempestade moderada para deixar às escuras metade da metrópole. A crise que está se gestando está mais claramente relacionada ao neoliberalismo. No final dos anos 80, houve, a partir dos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA, uma mudança no regime de acumulação capitalista. O novo modelo que surgiu caracteriza-se por ser dominado pelas finanças e liderado pelos Estados Unidos, que agora exercem um novo papel nas relações internacionais. É um regime muito distinto daquele que vigorou no mundo capitalista do pós-guerra até os anos 70, e ficou conhecido como “fordismo”.

### **Adusp - Quais as diferenças essenciais?**

**Chesnais** - As décadas de 40 a 70 foram marcadas por uma conjuntura internacional muito particular. A “guerra fria”, e em especial a revolução chinesa, obrigaram os Estados Unidos, líderes incontestes do mundo capitalista, a lançar programas reais de ajuda a muitas outras economias. Eles irrigaram de fato, com capitais e tecnologia, o restante do sistema. Os fluxos de capital que partiam dos EUA impulsionaram de modo notável a expansão da indústria, ao financiarem tanto a instalação de uma nova base produtiva quanto o consumo das novas mercadorias produzidas. Um novo clima político permitiu que, na maior parte dos países, os ganhos de produtividade fossem repartidos entre o capital e o trabalho, favorecendo o aumento dos salários e o estabelecimento de mecanismos de produção social. Depois de assegurar três décadas de crescimento econômico acelerado, este regime de acumulação entrou em crise nos anos 70.

### **Adusp - É dessa crise que surge o neoliberalismo?**

**Chesnais** - Exatamente. Ao contrário do que sustenta a propaganda das classes dominantes, o novo regime não é produto de uma evolução “natural” dos mercados, mas de uma intervenção política massiva dos Estados capitalistas, com o objetivo de destruir o consenso social então existente, e subordinar as posições do trabalho diante do capital. Diante de

queda da demanda interna nos países centrais, a estratégia neoliberal consistiu em aumentar a produtividade através da reestruturação industrial, fusões e aquisições, em quebrar o poder do trabalho organizado, para reduzir a dispersão de lucros, e em fechar as “janelas de oportunidades” que haviam se aberto, através das polí-

*Ao contrário do que sustenta a propaganda das classes dominantes, o novo regime não é produto de uma evolução “natural” dos mercados, mas de uma intervenção política massiva dos Estados capitalistas, com o objetivo de destruir o consenso social então existente, e subordinar as posições do trabalho diante do capital.*

ticas de substituição de importações, para diversas nações do terceiro mundo. Nenhum desses objetivos pôde ser alcançado, porém, sem promover uma liberalização financeira que quebrou todos os limites impostos, no pós-guerra, à movimentação de capitais.

**Adusp - Começa, então, a chamada “revolução” de Thatcher e Reagan, na qual o sr. vê traços muito fortes de rentismo.**

**Chesnais** - A liberalização e a desregulamentação provocaram o crescimento acelerado dos ativos

financeiros, cuja expansão foi muito mais rápida que a do investimento. Eles passaram de 10 para 35 trilhões de dólares entre 1980 e 91, e continuaram crescendo sem parar. Já no início da década, um quarto desse total era representado por dívidas dos governos, inclusive porque as políticas neoliberais afundam os países em déficits crescentes. A expansão dos ativos financeiros permitiu que se reconstituísse uma classe social de “credores profissionais”, que desfrutaram de rendimentos resultantes da simples posse de títulos da dívida pública e ações. Para retomar uma bela imagem de Marx, o sistema passou a ser conduzido por aqueles que vivem de renda sem trabalho e pensam que o dinheiro “produz juros assim como a padeira produz peras”. Surgiram em consequência, e em todo o mundo, a bola de neve das dívidas internas e a “ditadura dos credores”. Mesmo nos Estados Unidos, onde o déficit orçamentário caiu muito consistentemente, o pagamento de juros se mantém.

### **Adusp - É algo inédito na história do capitalismo?**

**Chesnais** - Não, mas nunca foi visto na escala em que o presenciamos hoje. Os assalariados são explorados em excesso, as camadas mais importantes da sociedade são pressionadas através de impostos cujo produto serve para garantir o pagamento de juros da dívida pública. Os rentistas alimentam-se também dos juros de empréstimos concedidos às pequenas empresas agrícolas ou urbanas. Mas, apesar de o nível de ex-

ploração do trabalho ter aumentado, o sistema não produz valores suficientes. O investimento caiu a níveis muito baixos, de forma que, globalmente, a acumulação não produz capital novo suficiente. O curioso é que este mecanismo de transferência de riqueza, aplicado pelas políticas neoliberais em todos os países, enfraquece a única instituição que foi capaz, nos anos 30 e no pós-guerra, de sustentar a economia e reverter a crise, quando os mercados entraram em refluxo: o Estado. Pode-se fazer muitas críticas a ele. Conservadorismo, posição monopolista, etc. Elas justificam medidas específicas para corrigir os problemas apontados. Mas não autorizam a destruição de uma instituição indispensável para sustentar a economia, corrigir os problemas dos mercados e satisfazer as necessidades básicas de vastos setores sociais.

#### **Adusp - Que efeitos o rentismo provoca sobre os salários e o trabalho?**

**Chesnais** - Os investimentos também caem através de um outro mecanismo. Os fundos de pensão e os fundos mútuos controlam uma parcela cada vez maior do capital das grandes empresas. Mas estes fundos orientam-se pela lógica do curto prazo, o "short-termism". Por isso, pressionam para reduzir a parte dos lucros destinada aos investimentos. A reação das empresas é reduzir cada vez mais os salários e tornar o trabalho flexível. Para dar "boas notícias" aos acionistas, os administradores promovem processos de "reengenharia" que consistem em demitir, aposentar precoce-

mente e tentar manter a produção com 20% dos trabalhadores empregados antes do processo. Repare que é uma contradição que as políticas neoliberais não se cansam de agravar: a produtividade aumenta, mas à custa do enfraquecimento e da destruição da demanda.

#### **Adusp - Qual o papel dos Estados Unidos no sistema?**

**Chesnais** - Os EUA são ao mesmo tempo o pivô e os beneficiários essenciais desse sistema. Sua posição privilegiada como detentores da única moeda realmente mundial, a dimensão de seus mercados financeiros e a possibilidade que oferecem para a multiplicação dos capitais financeiros permitem que continuem investindo muito, mesmo com uma taxa de poupança interna extremamente reduzida. O segredo está em centralizar uma parte enorme da poupança mundial, por terem adquirido, em escala maior que qualquer outro país, os traços de uma nação que vive de renda. É a primeira vez na História que o país central do sistema capitalista absorve a poupança internacional, ao invés de a espalhar pela periferia do sistema. Há outro fenômeno extremamente preocupante e perigoso. O sistema de pensões dos trabalhadores norte-americanos vinculou-se ao êxito dos fundos de pensão nos mercados financeiros de todo o mundo. Ele já não é viável com base apenas nos recursos gerados internamente. Só se sustenta se persistir o fluxo em direção aos EUA de recursos provenientes de dezenas de países, sob a forma de dividendos e juros das dívidas internas.

#### **Adusp - Este fenômeno está relacionado com o esforço dos EUA para construir uma ordem internacional a serviço de seus interesses?**

**Chesnais** - Os EUA estão engajados na tentativa de construir uma ordem mundial que talvez não seja unipolar, mas nas qual um polo domine completamente, do ponto de vista político, militar e financeiro os dois outros. Esta tentativa é limitada pela extrema pobreza do pensamento e do projeto político que a alimenta. Ela aparece frequentemente como uma demonstração de força pura. Repare que os Estados Unidos reduziram seus gastos militares globais, mas mantiveram as despesas com pesquisa científica e tecnológica relacionada a atividades bélicas. Suas forças armadas são praticamente o único laboratório de pesquisa militar permanente, ao qual estão associados grandes grupos industriais. É esta situação que transforma, por exemplo, a hipótese de uma segunda guerra do Golfo Pérsico numa ameaça permanente. Os EUA precisam testar, no cenário de uma batalha real, uma nova geração de artefatos militares. Por isso, têm desejo real de que a guerra ocorra.

#### **Adusp - Os Estados Unidos retomaram a produtividade industrial que haviam perdido nos anos 70 e 80?**

**Chesnais** - Em quase todos os setores importantes, e em especial nos de ponta, sim. Além da própria pesquisa relacionada à atividade militar, duas causas explicam essa mudança. Primeiro, o capitalismo regrediu, em boa medida, ao cará-

ter selvagem que o caracterizou até o século passado. Desde que a globalização e a desregulamentação reduziram nitidamente a força dos sindicatos, ele voltou a ser um sistema cada vez menos controlado por movimentos ou forças sociais. Nem o capitalismo japonês, nem o europeu são capazes de competir com o dos Estados Unidos nesse ambiente. No Japão e na Alemanha, as taxas de produtividade são resultado em grande medida de negociações, de compromissos sociais. Agora que a brutalidade do capitalismo norte-americano tornou-se outra vez possível, ele é um fator de peso favorável à competitividade dos EUA. O segundo aspecto está relacionado com o papel único ocupado pelos EUA no mundo das finanças globalizadas. Uma parte dos enormes recursos financeiros centralizados pelos Estados Unidos alimenta a atividade tecnológica e a inovação internas, com uma força que não havia sido possível alcançar antes. Nenhum outro país do mundo pode oferecer a suas empresas de alta tecnologia facilidades de financiamento semelhantes às proporcionadas pelas bolsas de valores dos EUA.

**Adusp - O rentismo é um fenômeno ligado apenas aos EUA?**

**Chesnais** - Não há um único setor da economia mundial que escape do rentismo. Seus traços apareceram de modo evidente na Ásia. Houve uma acumulação industrial verdadeira, em alguns países. Porém, mesmo ali – e inclusive na China, que ainda não sofreu as consequências mais graves da crise



– desenvolveu-se muito rápido um capitalismo abertamente parasitário. Todo mundo estava ciente do crescimento desregulado de instituições financeiras já hipertrofiadas, dos investimentos desmedidos no setor imobiliário, dos imensos projetos de infra-estrutura e agroindustriais que destroem as condições de existência da população rural e o meio ambiente, dos projetos industriais cujas condições de cumprir os objetivos não haviam sido estudadas seriamente.

**Adusp - Algo semelhante está ocorrendo hoje na Rússia?**

**Chesnais** - Quanto mais nos aproximamos da periferia, mais aparecem esses traços. Na Rússia, que está sob risco iminente de uma desvalorização dramática do rublo, uma parte importante da economia ficou sob o controle de autênticas máfias. Elas florescem no quadro de um capitalismo quase puramente financeiro, onde não há outro interesse além dos lucros de curtíssimo prazo. Os investidores internacionais cobiçam o petróleo, algumas outras matérias-primas e a grande agricultura. Mas não têm absolutamente nenhum interesse em se engajar no verdadeiro traba-

lho de uma possível renovação da base industrial russa. Preocupam-se apenas com as finanças e o setor de exportações e importações.

**Adusp - Enquanto o FMI recomenda aos países “emergentes” taxas de juros mais altas, os EUA, o Japão e a União Européia têm procurado manter taxas reduzidas. Por quê?**

**Chesnais** - As taxas de juros não estão relacionadas principalmente aos “conselhos” do FMI, mas ao papel que cada país e cada mercado financeiro desempenha no sistema. As diferenças são muito reveladoras sobre a natureza hierarquizada, imperfeita e sem instâncias de regulação assumida pelo processo de globalização financeira. No centro do sistema estão, evidentemente, os Estados Unidos. Em torno deles, há os países do G7 e a Suíça, onde as taxas de juros pagas pelos respectivos Tesouros são relativamente baixas. Os outros mercados estão todos na periferia – mas há, entre eles mesmos, hierarquias.

**Adusp - Quem decide o papel de cada país?**

**Chesnais** - Os aplicadores. Em todo o mundo há apenas 25 gran-

des praças financeiras. A maior parte dos países, portanto, sequer está integrada diretamente aos grandes fluxos de capitais – e mesmo os participantes do processo podem ser excluídos a qualquer momento. É o que ocorreu com a Indonésia, onde resta, agora, o esforço do FMI para recuperar os créditos duvidosos.

### **Adusp - Como o Brasil participa do jogo?**

**Chesnais** - As taxas de juros expressam esta hierarquização entre os países. Mas indicam também as condições que certos governos, e certas classes dominantes interessadas em se integrar à globalização financeira, impõem a suas sociedades para fazer a integração. O caso do Brasil é exemplar, porque houve nos últimos anos uma reviravolta política e econômica notável. Desde a década de 30, a burguesia industrial havia ocupado o centro do poder. A crise econômica de 29, no plano econômico, e o varguismo, no plano político, haviam dado importância secundária aos setores cuja riqueza provinha do escravismo, do latifundismo, de uma relação com o sistema financeiro que vê nos bancos apenas um refúgio para conservação e multiplicação de riquezas. Nos últimos anos, porém, a burguesia financeira assumiu o poder político, e este é o fundo dos acontecimentos mais importantes na vida política, econômica e social brasileira. Os interesses próprios desse setor combinam-se com os dos investidores externos e exigem o pagamento, pelo Estado, de taxas de juros usurárias. É por isso que não se deve pensar nos juros como se fossem imposição externa, apenas. A

burguesia financeira apóia-se no sistema mundial que lhe dá, inclusive, enormes oportunidades de fuga, nos momentos de crise. Em 1994, no México, os investidores mexicanos foram os que transferiram mais rapidamente sua riqueza para o exterior, quando a desvalorização do peso tornou-se uma possibilidade real. Quando vocês enfrentarem uma crise cambial no Brasil, podem apostar que a burguesia financeira brasileira será, também, a primeira a deslocar seus investimentos para fora do país.

### **Adusp - A constituição da União Européia e o surgimento do euro poderiam ameaçar a hegemonia financeira dos EUA?**

**Chesnais** - No momento, é muito difícil saber o que o advento do euro provocará. Há inclusive uma tese, que não é minha e que não pude ainda examinar, segundo a qual a moeda única, mais as forças combinadas dos mercados financeiros de Frankfurt, Paris e Zurique, poderiam constituir uma nova divisa-refúgio – e dessa forma abalar a capacidade dos próprios Estados Unidos de resistir a ações especulativas contra o dólar. Mas é preciso lembrar, antes de tudo, que as instituições não são entes mágicos. Não se formou ainda uma vontade política comum da Europa em relação aos assuntos internacionais e principalmente em face dos Estados Unidos – e essa articulação entre finanças e política é muito importante.

### **Adusp - Por quê?**

**Chesnais** - O euro pode ser uma moeda bem mais atraente do que o marco alemão ou o franco francês.

Mas não há por enquanto, ao contrário do que ocorre nos EUA, um Estado centralizado e forte por trás dele, nem o mesmo grau de certeza para os investidores financeiros. O Banco Central Europeu é também uma incógnita. Ele vai ser um ente financeiro criado ao modelo do Bundesbank alemão? Ou irá se limitar a controlar a inflação e as taxas de câmbio? Estará dotado do mesmo pragmatismo e da mesma capacidade de intervenção cotidiana que caracteriza o FED (o Banco Central dos EUA)?

### **Adusp - Os países asiáticos também estão distantes desta unidade política e financeira?**

**Chesnais** - Sim. Eles formam apenas uma rede de trocas comerciais, e de certo movimento de capitais. Estão divididos por rivalidades políticas muito fortes e antigas. Há as ambições e o orgulho nacional do Japão, da Coreia, da China, tantas vezes conflitantes. Embora o Japão seja a economia mais forte, sua hegemonia está muito longe de ser reconhecida na região. Além disso, a presença norte-americana é muito forte, tanto política quanto financeiramente. O papel do iene não tem nenhuma comparação sequer com o do marco, que evitou o agravamento da crise monetária européia, entre 1992 e 93. As diversas moedas asiáticas que se desvalorizaram não estavam ancoradas à moeda japonesa, mas ao dólar e não há, por enquanto, nem sombra da constituição de uma zona monetária comum.

### **Adusp - Uma das particularidades desta crise é que não há um**

**movimento de oposição ao capitalismo articulado internacionalmente. De que forma a crise poderia ajudar a formar essa resistência?**

**Chesnais** - Uma das grandes dificuldades políticas da situação atual é que, face à organização das burguesias financeiras no plano mundial, e à potência política e militar dos Estados Unidos, somos obrigados a assumir o fato de que na maior parte dos casos – e penso que há uma única exceção – a primeira resposta dos trabalhadores ao neoliberalismo ainda precisa ser dada em plano nacional. Somente dando esta resposta, da maneira mais contundente possível, será possível encorajar outros movimentos de assalariados, operários, camponeses, em outras partes do mundo. Pensar apenas numa ação internacional, nas condições de hoje, pode tornar-se, infelizmente, um pretexto para não agir.

**Adusp - A que exceção o senhor se refere?**

**Chesnais** - A Europa. Lá acumularam-se condições favoráveis a uma ação internacional da classe operária e dos movimentos sociais. Há uma história comum, pela qual se pagou o preço muito caro de duas guerras mundiais. Seja como for, as lições foram absorvidas conjuntamente: os povos europeus sabem, por exemplo, que não podem jamais voltar a fazer guerra entre si. Embora construída com base no mercado, a União Européia foi feita também a partir de uma crítica ao papel dos

Estados Unidos. É, além disso, um mercado controlado, onde os capitais não são inteiramente livres. O que caracteriza o capital europeu, aliás, é a necessidade de um certo grau de consenso social e a possibilidade muito reduzida, por enquanto, de adotar formas tão brutais de exploração como nos EUA. Nenhum país da Europa continental adotou, por exemplo, o modelo thatcherista de ataque aos direitos sociais.

*A capacidade de mobilização dos partidos de esquerda, dos sindicatos e especialmente dos novos movimentos associativos (na Europa) é muito grande. Há centenas de milhares de pessoas dispostas a passar várias horas por semana fazendo militância em favor desses movimentos.*

**Adusp - Qual a situação dos movimentos sociais europeus?**

**Chesnais** - Há uma efervescência social na França, que ficou conhecida a partir da greve geral francesa de 1995-96 pelos direitos previdenciários. A capacidade de mobilização dos partidos de esquerda, dos sindicatos e especialmente dos novos movimentos associativos é muito grande. Há centenas de milhares de pessoas dispostas a passar várias horas por semana fazendo militância em favor desses movimentos. A consciência política e ideológica de oposição ao neoliberalismo também é impressionante, e reconhecida nos demais países. A história da luta de classes na França gerou, além disso, tradições muito importantes. Até mesmo os assalariados de novo tipo, que atuam em profissões intelectuais e recebem ordena-

dos muitas vezes elevados, enxergam-se como trabalhadores – não como agentes do capital. Temos, por fim, a sorte de manter um sistema de aposentadorias por repartição, que não depende dos fundos dos mercados financeiros. Pouca gente se vê como sócia do capital.

**Adusp - Desses novos movimentos pode surgir uma ação social mais transformadora?**

**Chesnais** - Depende de algumas condições. A influência simbólica que o movimento social francês tem em toda a Europa – e muito particularmente na Alemanha – é notável. Mas sua clarificação programática está atrasada.

Há ainda pragmatismo demais e incapacidade de anunciar um projeto mais amplo. Se este problema for resolvido, se o objetivo pretendido deixar de ser um salário ou rendimento mais alto, e passar a ser o controle dos meios de produção, surgirá uma situação nova, com chances de repercussão internacional muito grandes.

**Adusp - O neoliberalismo não é, portanto, irreversível.**

**Chesnais** - Só uma amnésia histórica pode dar crédito à idéia de que a tirania dos mercados, que promove regressão e política além de oferecer empregos cada vez mais raros é “inevitável”. Algumas das transformações desencadeadas pelo neoliberalismo são de fato irreversíveis, no sentido de que impedem que se volte atrás, que se

reutilizem certas receitas de política econômica e social que funcionaram no passado. Mas reconhecer a irreversibilidade das mutações não tem nada a ver com aceitar as políticas que, pretensamente, “decorrem” delas. Apenas obriga a procurar saídas construídas a partir dos novos dados políticos e sociais, por mais difícil que isso possa ser.

### **Adusp - Quais são estas saídas?**

**Chesnais** - Os próprios movimentos sociais já começam a formular pontos de um programa de oposição ao neoliberalismo. Ele inclui aspectos relacionados ao mundo do trabalho, como proibição de demissões, redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários, transformação dos contratos temporários em vagas estáveis, salário-desemprego integral para os desempregados, restabelecimento de todos os direitos previdenciários e, na Europa, da legislação sobre trabalho noturno e trabalho em tempo parcial. Mas também encampa pontos que têm a ver com a garantia dos direitos dos despossuídos, como requisição das habitações desocupadas para alojar os sem-teto, renovação dos bairros populares e periferias de população trabalhadora, proibição dos despejos de locatários, suspensão das privatizações dos serviços e empresas públicas.

### **Adusp - Como executar estas medidas?**

**Chesnais** - É neste ponto precisamente que está uma linha divisória clara. Diante de qualquer programa voltado para restabelecer ou ampliar as conquistas dos trabalha-

dores e excluídos, os neoliberais repetem uma velha cantilena. Alegam que são propostas “inviáveis”, pois o caixa do Estado está vazio e o endividamento é alto. Sustento, porém, que a responsabilidade dos economistas que romperam com o “pensamento único” é, em primeiro lugar... romper verdadeiramente com ele! Para satisfazer necessidades permanentes e aplicar medidas de emergência, não basta uma denúncia passiva da “ditadura dos credores”. É preciso repudiar a dívida pública. Ela transfere para os rentistas uma parcela da renda nacional tão elevada que já não se mede em volume de recursos, mas em porcentagem do PIB: entre 2 e 5% nos países centrais, muito mais que isso na periferia. É preciso, evidentemente, adotar medidas para proteger os pequenos poupadores. Mas não vejo chance alguma de romper com o programa neoliberal sem acertar as contas com o rentismo.

### **Adusp - O sr. parece partir da base teórica do marxismo para propor um programa voltado para enfrentar o “capitalismo real” que existe 150 anos depois do Manifesto Comunista.**

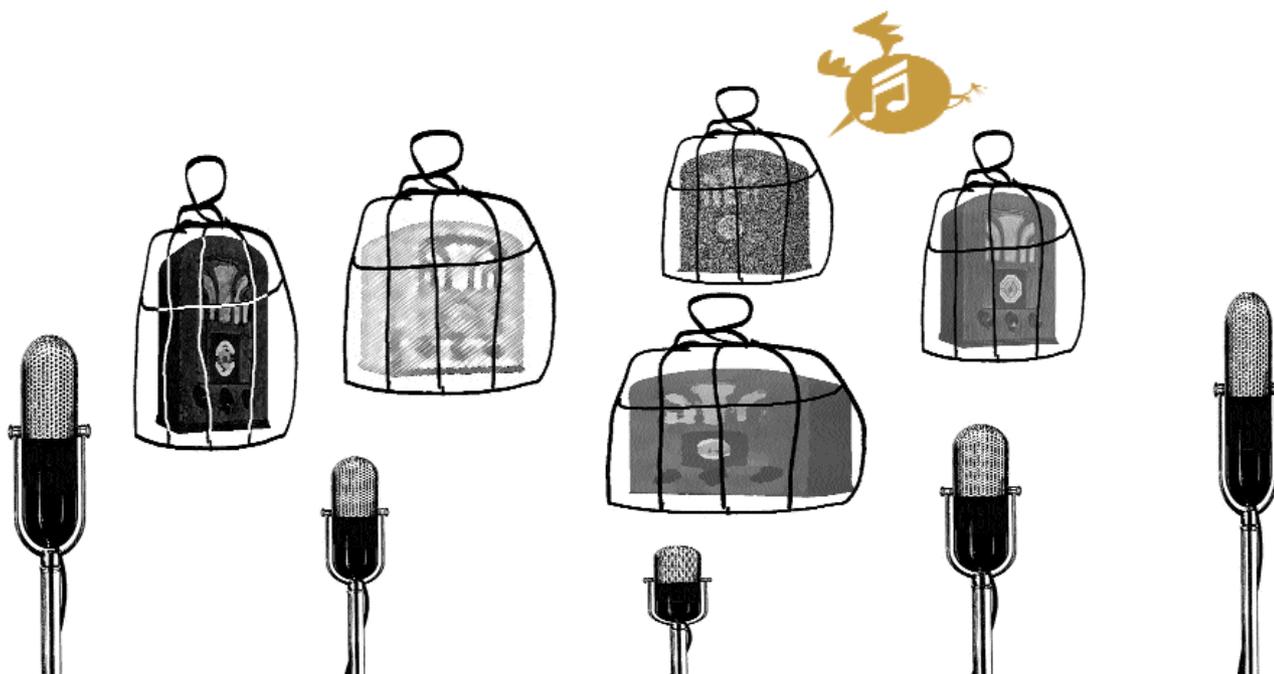
**Chesnais** - É o que vou tentar escrever nos meus próximos artigos. No momento, a questão do capital não pode ser resolvida no nível do Estado, ou das fronteiras. A saída é reconhecer que os meios de produção e reprodução da vida social são potencialmente independentes do capital, embora tenham uma aparência capitalista. É preciso reconstituir um sujeito social. Os principais avanços do pensamento filosó-

fico foram feitos em épocas em que grupos de pensadores e formas de organização política e social aceitaram e estudaram o fato de que a História não é um processo que evolui sem fio condutor ou sem sujeito – mas pode ser conduzida socialmente pelo ser humano. Esta idéia foi sustentada pelos enciclopedistas no século 17 e marcou a revolução francesa. Vejo meu trabalho como o de um seguidor dessa tradição. A História sem sujeito conduz necessariamente ao caos e à barbárie. Entregá-la aos mercados ou delegá-la ao governo dos Estados Unidos é, para mim, um retrocesso ideológico extremamente grave.

### **Adusp - Esta mesma tradição foi reivindicada pelas primeiras experiências socialistas.**

**Chesnais** - Sim, e é preciso fazer um balanço muito rigoroso delas. O próprio Lenin ressaltava que o partido de “tipo leninista” era uma forma de organização para um país determinado, no contexto de um momento histórico preciso. A caricatura desta posição é algo desastroso, que combina aspectos de blanquismo e de putsch com a proclamação genérica de um saber constituído que se transforma em dogma – defendido por uma seita ou igreja que ao chegar ao poder adquiriu todos os elementos necessários para se transformar numa elite burocrática que usurpa a revolução para si mesma. Fazer a crítica radical desta deformação, reafirmando ao mesmo tempo a necessidade de transformar o ser humano em sujeito da história, é o desafio internacional que precisamos enfrentar. RA

# AS COMUNITÁRIAS E O RÁDIO LIVRE DOS SEM-COMUNICAÇÃO



*Professor de jornalismo e coordenador do Laboratório de Rádio da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, **Jonicael Cedraz de Oliveira** alerta para o jogo de interesses que tem como pano de fundo o debate sobre as rádios livres no Brasil. Segundo ele, dois terços dos parlamentares do Congresso Nacional são proprietários de veículos de comunicação, notadamente de rádios comerciais. Na outra ponta estão os grupos religiosos emergentes que procuram dominar o segmento do rádio. Neste embate, perdem as comunidades que querem gerir apenas um veículo de interação e integração regional.*

**T**odos nós, partícipes do movimento dos sem-comunicação, que de certo modo nos inserimos no bojo dos movimentos sociais de perspectiva transformadora no Brasil, sejam estes de trabalhadores, de etnia, de gênero e de cidadania, no sentido político restrito do termo, nos sentimos na obrigação de, ao lado do desenvolvimento das ações políticas da conquista da democracia na comunicação e na sociedade, praticarmos, de modo permanente, a reflexão, a construção teórica para uma avaliação crítica do movimento das rádios comunitárias. Estas, enquanto emissoras possíveis de serem, do ponto de vista político e ideológico, transformadas, de fato, em livres. Para nós, o direito de dizer, mostrar, argumentar, ouvir, ver, ler criticamente a realidade, dialogar com os nossos pares no espaço da comunicação mediática é fundamental para construirmos a liberdade em todos os campos da atividade humana nas sociedades modernas. Isto posto, no Brasil, inclusive para uma resistência social ao projeto neoliberal nos domínios da comunicação, da cultura e da política, neste momento histórico da globalização capitalista que se apresenta na forma da mundialização da economia, da cultura, da comunicação e da política; como querem impor os gerenciadores do consenso de Washington, capitaneados no Brasil pelo Estado em função dos compromissos assumidos como país periférico, dependente e aderente a esse consenso neoliberal.

O movimento dos sem-comunicação e seus intelectuais orgânicos, na sua grande maioria presentes nas faculdades de comunicação, nos partidos de esquerda, nos sindicatos, em instituições religiosas e universitárias, nos movimentos sociais emergentes, instituidores do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e, posteriormente, da Abraço, entidade que aglutina rádios e entidades estaduais na categoria de comunitárias, vem construindo, ao longo dos anos, mecanismos legais e políticos para o controle social dos meios de comunicação de massa, que estão nas mãos dos grupos econômicos e políticos conservadores, e, ao mesmo tempo, instalando rádios livres, instrumentos da comunicação emancipadora da classe trabalhadora e dos movimentos dos negros, dos índios e das mulheres.

Os sem-comunicação, nas suas experiências, reprimidos pelo Estado autoritário brasileiro, por colocar em prática seus ideais, em especial, a palavra, a fala, o direito de dizer, de construir socialmente o seu discurso, somente possíveis de serem respeitados em sociedades democráticas, foram construindo os paradigmas da comunicação mediática transformadora. A liberdade, o direito fundamental da existência social humana, centro emergente de todos os direitos sociais, não poderia deixar de ser o princípio, o fundamento de toda a teoria que explique e justifique a apropriação social do veículo “rádio”, seja ou não de baixa potência, nas mãos de pessoas e entidades que congregam categorias de trabalhadores, estratos de classe subalterna, segmentos socialmente explorados, oprimidos, segregados em geral, na totalidade social em nosso país, identificados, de fato, como excluídos não somente da comunicação mediática. Os sem-comunicação querem, antes de tudo, o rádio livre, no dizer de Althusser, dos aparelhos ideológicos do Estado.

Trata-se de um movimento que, por sua natureza, vai além da comunicação. Pois, esta, por sua vez, constitui-se no espaço próprio da cultura e do transitar, decodificar, construir e desconstruir discursos ideológicos e políticos, formulados, lidos criticamente, com base em signos da sociedade, por sujeitos da comunicação, da cultura e da política, sempre presentes na sociedade, e que, no transitar pelo rádio sob seu domínio, termina por se construir dialeticamente como sujeito histórico que revoluciona ou freia possíveis mudanças nos domínios da cultura, da própria comunicação, da política e da totalidade social. Refiro-me às iniciativas individuais e de entidades, de certo modo, representativas de classe, estrato de classe ou segmento social, portadores de discursos em permanente estado de construção/desconstrução na cotidianidade social, e que, na sua existência social concreta, seja por origem ou condição material de classe, exercem posições e/ou representações nos domínios da cultura e da política.

Portanto, há de se buscar não apenas a compreensão acerca do aparecimento dos conceitos de comunitárias, livres e piratas atribuídos, de modo às vezes genérico ou restrito a essas iniciativas consideradas de rádio livre no Brasil, a exemplo de similares na Euro-

pa, na América Latina e resto do mundo onde quer que tenham surgido. Cabe, preliminarmente, analisar as causas e efeitos desses conceitos atribuídos às emissoras que foram se instalando desde os primórdios desse movimento até os dias de hoje, além das comunitárias, nos sistemas de circuito fechado (altofalantes) ou de sinal aberto (ondas de rádio).

Os sem-comunicação, parte destes oriundas das entidades sindicais de trabalhadores, no campo e na cidade, tomaram a iniciativa de produzir e veicular programas nas emissoras regionais de rádio AM e FM privadas, ligadas a grupos religiosos e políticos conservadores, através de compra de horários diários ou semanais, jornalísticos, de 5 a 10 minutos, num contraponto à linha editorial dessas rádios. A essas experiências somaram a instalação de emissoras livres, de baixa potência, de natureza popular, transformadora. Em paralelo a estas emissoras e aos programas da imprensa sindical nas comerciais vêm funcionando emissoras consideradas comunitárias em pequenas cidades nos diversos Estados, surgidas, algumas delas, bem antes das primeiras rádios livres, inclusive com potência próxima ou igual a 1 (um) quilowatt. Evidentemente, aceitas nas comunidades, por consenso dos grupos políticos conservadores, porque, em verdade, estas emissoras reproduzem, de forma ingênua, uma programação em consonância com os valores tradicionais da cultura dominante local e se fundam numa idéia muito difusa de sua natureza comunitária. Estas comunitárias, portanto, estão bem distante dos princípios que norteiam as rádios livres populares.

### **Início no período militar**

Todavia, as rádios livres nos anos 80 no Brasil, de iniciativas individuais, marcaram o direito de fala, de expressão dos jovens, principalmente do eixo Rio/São Paulo, que, com elas, consolidaram momentos de sua rebeldia. Assinala o fato, com detalhes sobre as rádios, na época, Arlindo Machado, em *Rádios Livres - Reforma Agrária do Ar* (1986). Sorocaba, em São Paulo, vira o estopim do movimento da juventude que reivindica e se apropria, nas iniciativas individuais, das ondas livres do rádio com emissoras de baixa potência. Logo, a capital paulista, com várias rádios, di-

vide com Sorocaba todas as atenções da mídia tradicional e dos aparelhos repressivos do Estado sobre o fenômeno do rádio livre, além de inserções e preocupações da classe política que, sob a ótica do poder conservador instituído, concede entrevista a essas emissoras, mas adere ao conjunto de atos repressivos do Estado, consideradas, então, como instrumentos de contestação ao regime. A galera dribla os represores, porém algumas, quando descobertas, são lacradas, têm os equipamentos apreendidos e os dirigentes submetidos a processos criminais, acusados de “desobediência ao código civil brasileiro”.

Espalhadas pelo país afora, conta no Rio de Janeiro com a orientação do escritório da Amarc no Brasil, seguido da criação da Arlivre, Associação das Rádios Livres, que passa a reunir, daí em diante, as experiências das emissoras livres cariocas ameaçadas de repressão ou lacradas mesmo durante a tramitação do projeto de lei que institui o serviço de radiodifusão comunitária e sua regulamentação. Em Salvador, em 1986, um fato curioso, A Estação da Luz, FM, 5 watts de potência, instalada na sede do Diretório Central dos Estudantes, na Universidade Federal da Bahia, ameaçada de repressão, teve seus dirigentes submetidos a processo criminal, sob acusação de desobediência civil, mas a interveniência do reitor Germano Tabacoff para uma saída política, na forma de legalização desta como educativa, permitiu que ela permanecesse no ar por longo tempo. Os estudantes, é lógico, recusaram a legalização. Surge, então, ainda nos anos 80, o Coletivo de Rádios Livres da UNE que estimulou a criação das rádios livres nas universidades, transformando-as em expressões de um movimento nacional pela democratização das ondas do rádio.

E, já, no período da Constituinte, os jornalistas, os radialistas, os trabalhadores das telecomunicações se uniram aos estudantes e as representações da sociedade civil, num movimento de pressão da sociedade para, finalmente, conseguir imprimir princípios democráticos na Carta de 88, nos capítulos da Comunicação e da Cultura. As representações estudantis, populares e da sociedade civil, juntamente com os partidos progressistas e de esquerda, iniciaram os anos 90 com a criação do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação. O Fórum articulou as ações para a re-

gulamentação dos princípios constitucionais que garantem a liberdade de imprensa, de expressão, de manifestação, o direito de antena, a democratização, comunicação e a instalação dos conselhos de comunicação social, instrumentos de representação da sociedade para o controle democrático sobre a concessão e o funcionamento dos meios de comunicação de massa.

Com a Constituição de 88, dita cidadã por alguns políticos e pensadores sociais, o movimento das rádios livres conta com um mecanismo legal a seu favor. Entende o movimento que, com base na Constituição, torna-se dispensável pedir licença ao Estado para instalar emissoras de rádio livre. Liberdade não se pede, se conquista na luta social. Nos anos 90, os governos neoliberais dos Fernando Collor (91) e Cardoso(95) mantêm o aparelho repressivo acionado contra a democracia na comunicação. Enquanto isso, cresce vertiginosamente o número de emissoras livres no país, apesar de reprimidas. A exemplo do que vem sendo praticado em outros países, reivindica-se a aplicabilidade do Decreto assinado pelo presidente João Goulart, antes de 64, que regula a radiocomunicação, permitindo o uso da radiodifusão de baixa potência. Na Câmara Federal, deputados simpáticos ao movimento das rádios livres apresentam projetos de lei visando à regulamentação constitucional desse direito de antena.

### Avanços a partir de 88

O movimento das rádios e TVs livres se ampliou para todos os pontos do país no período pós-88, sob a iniciativa das entidades da representação popular comunitária, com respaldo da Constituição, conforme reafirmam pareceres de juristas e decisões de juizes que garantiram a reabertura de emissoras, que tiveram seus transmissores lacrados pelas Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações. Para consolidar esse direito, o Fórum, juntamente com a Associação das Rádios Livres, a Federação Nacional dos Jornalistas, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (criada no bojo do movimento) e parlamentares da oposição, com o apoio da Associação Internacional de Rádios Livres, em audiência com o Ministro Sérgio Motta, conseguiram que o governo enviasse ao Congresso Nacional o projeto de Lei da Radiodifusão Comunitária. No decurso da tramitação, o substitutivo ao projeto foi aprovado, por unanimidade nas Comissões de Comunicação, Ciência e Tecnologia e de Constituição e Justiça da Câmara Federal. Aprovado, também, por unanimidade, no plenário da Câmara Federal e do Senado. Mas, já na expectativa da apro-

Paulo Jares/Abril Imagens





Raul Júnior/Abril Imagens

vação final deste substitutivo o mais breve possível no Congresso Nacional, nas pequenas, médias e grandes cidades, as entidades representativas de segmentos sociais se articularam, instalando rádios comunitárias, pois, regularizadas, somente poderá existir uma em cada comunidade.

No embate político, no Congresso Nacional, entre o movimento do rádio livre e os grupos econômicos e de poder, liderados pela Abert (Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão) que, por sua vez, conta com mais de dois terços dos deputados como seus filiados, pode ser considerada uma vitória ter como resultado do projeto original um substitutivo que infelizmente fragmenta o direito de antena, abrindo brechas para que o Estado acione as entidades comunitárias, juridicamente organizadas, legitimadas pela sociedade, no exercício do direito de gestão comunitária do rádio livre dos sem-comunicação, na territorialidade configurada pela irradiação de sua emissora.

Felizmente, entre os princípios incorporados do projeto original pelo substitutivo, manteve-se o da representatividade de pessoas e entidades da comunidade abrangida pela emissora, com direito de decisão sobre a entidade gestora, rumos políticos e programação da rádio. Mas, através de mecanismos técnicos, na lei e na regulamentação, os grupos de poder poderão, via

Estado, inviabilizar o funcionamento das emissoras, principalmente nas grandes cidades e áreas metropolitanas das capitais dos Estados e em Brasília. Assinalo, entre os mecanismos técnicos utilizados contra as emissoras comunitárias, a proibição de transmissão em rede, o confinamento das rádios em um único canal, provavelmente o 88,1, ser fechadas por estarem interferindo em emissoras comerciais, não importando, no caso, quando a interferência for entre as comunitárias e a redução da potência para 25 (no máximo) watts. Todavia, no campo político e ideológico, a lei sancionada em 19 de fevereiro de 1998 pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, abre a possibilidade de manipulação acerca da fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos, considerada comunitária, não ter seu sujeito político identificado no quadro da maioria excluída da comunidade, mas gerir a rádio como se da comunidade fosse, caso tenha apoio de entidades fantasmas, especialmente registradas em cartórios, pelas oligarquias políticas, para além da rádio, obter outros benefícios junto ao poder público municipal, estadual ou federal.

São inúmeras as rádios comunitárias que estão sendo criadas no interior do país por políticos conservadores ou até mesmo considerados progressistas, para servirem como emissoras privadas a seu benefício.

Mesmo antes da lei, grupos religiosos instalaram emisoras de baixa potência não importando se, na sua natureza, seriam consideradas livres ou comunitárias. E, então, no horizonte da luta política pelo rádio livre o movimento aponta agora, entre outras coisas, a alteração de artigos da lei de radiodifusão comunitária e de sua regulamentação, bem como o combate às ações dos grupos políticos e religiosos conservadores que estão se apropriando indevidamente das rádios comunitárias, instrumentos de livre expressão da sociedade.

Tanto no Brasil como no resto do mundo, o movimento das rádios livres, com emissoras de baixa potência, trouxe, de modo explícito, duas categorias de sujeitos sociais, identificados como pessoas físicas e entidades jurídicas. De um lado, as emissoras criadas pelas representações políticas de trabalhadores, de mulheres, negros e minorias em geral, motivadas por reivindicações, bandeiras de luta e ideário de mudança social. Do outro, os jovens, geralmente estudantes secundaristas ou universitários, ou adolescentes, que, num processo de animação cultural, vão dos eventos artísticos-musicais ou literários à emissora FM de baixa potência, instrumento valioso para a manutenção do seu mundo sociocultural, o que inclui, evidentemente, a liberação como expressão do seu sentimento de estar livre, o seu imaginário social e o exercício da contestação de valores e do mundo vigente.

O projeto de lei apresentado pelo Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação ao governo contemplava estes dois campos distintos da comunicação pelo rádio, com sujeitos políticos tais e quais são construídos na dinâmica da vida sociocultural e política brasileira. As emissoras de pessoas físicas teriam 10 watts de potência e as de entidades jurídicas, de 50 a 100 watts. Na discussão entre as entidades e o governo, foi substituída a expressão “livre” por “comunitária”. E, no Congresso Nacional, no embate político com os conservadores – donos de rádios – foram eliminadas a TV, as rádios de pessoas físicas e, quanto às emissoras de entidades jurídicas, denominadas comunitárias, foi reduzida a potência e introduzida uma série de obstáculos para inviabilizar sua concretização, ou, no mínimo, torná-las desinteressantes. Como demonstra alguns exemplos até aqui apontados, a denominação de comunitária à emissora livre traz uma

série de problemas políticos a serem enfrentados na sua construção, manutenção ou recuperação, num embate político a ser travado na sociedade, exatamente, no interior da(s) comunidade(s) abrangida(s) pela irradiação desta. O fato em si aponta para o movimento dos sem-comunicação a construção dessa capacidade política das representações de classe e dos segmentos sociais em luta, de se articularem entre si, portanto, comunitariamente, para a construção coletiva da rádio livre de sua territorialidade social.

### **Estado autoritário**

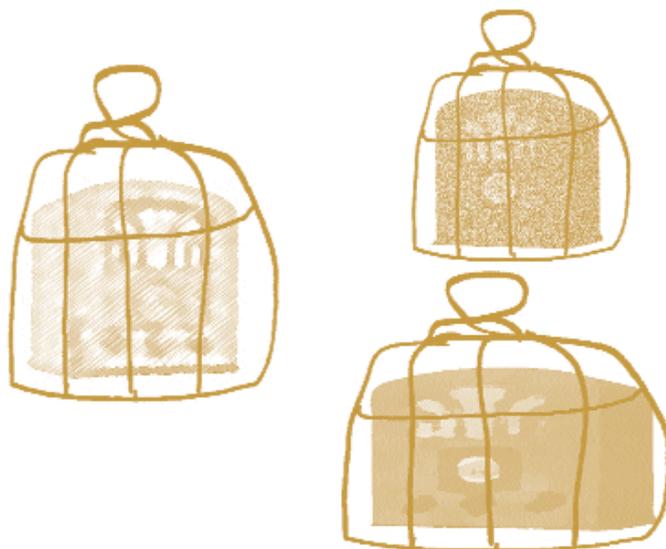
Denominá-las simplesmente de rádios piratas assim procederam os mercadores e políticos do rádio comercial em todo o Brasil quando se sentiram ameaçados pelas rádios livres ou comunitárias que foram se instalando na trajetória histórica do movimento dos sem-comunicação. O movimento das rádios livres na Europa também não ficaram imunes a essa pichação. As rádios livres européias responderam taxativamente que piratas são eles que correm atrás do ouro. Em primeiro lugar, as rádios livres ou comunitárias não visam ao lucro. O apoio cultural a que se refere a legislação da radiodifusão comunitária é na verdade um auxílio financeiro do comércio, da indústria, do serviço ou de instituição, exclusivamente local, restrito à divulgação apenas do nome do estabelecimento, sem nenhuma menção a atividades, produtos ou preços no mercado. As emissoras privadas, exclusivamente comerciais, de interesse do político ou da seita ou igreja, detentora da concessão do canal atraem a publicidade segundo leis próprias do mercado capitalista e sua capacidade de elevação ou manutenção de níveis de audiência variáveis a cada programa e/ou horário.

São, por natureza, rádio-mercadoria que, valendo-se da comunicação unilateral, verticalizada, sugestiva os ouvintes, levando-os ao consumo generalizado de produtos na lógica do mercado capitalista. Essa guerra pelo mercado publicitário local, em grande parte nas pequenas comunidades (cidades, vilas ou povoados) é falsa. Ela oculta um conflito de outra natureza. É, certamente, ideológico e político. A maioria das comerciais brasileiras hoje serve a interesses

religiosos e políticos. Os detentores das concessões são políticos ou entidades religiosas intimamente comprometidos com o poder conservador instituído, com bases regionais e vínculos nacionais a partidos e organismos do Estado autoritário. As rádios religiosas, com ou sem rede nacional, disputam entre si adeptos para sua seita ou igreja, mas tam-

bém o espaço político-partidário. Chegaram a fazer campanha de mídia em rede nacional de rádio e jornais durante a votação da lei de radiodifusão comunitária. Mas, por que tudo isso? É, que as rádios livres ou comunitárias vão ameaçá-los nos seus currais eleitorais, nas suas pregações mistificadoras, se realizarem a produção simbólica na perspectiva dos movimentos sociais em luta. Agora que a lei já foi regulamentada, não faz sentido chamá-las de piratas. Com certeza, usarão outras armas, ameaças diversas, pois o conflito não termina por aí.

A possibilidade de cooptação ou qualquer outro vínculo ou dependência da rádio livre comunitária com o Estado passa a ser uma das preocupações do movimento dos sem-comunicação. Esta possibilidade existe, podendo ser manifesta de forma velada, pois a autoridade do Estado somente decide, por sorteio, segundo a lei, quando houver empate entre dois ou mais projetos de instalação da rádio comunitária numa determinada localidade. Isto é, uma comunidade dividida, fraca politicamente, abre brechas para uma intervenção política do Estado autoritário, marcadamente comprometido com as classes dominantes. E, exatamente sob a ótica da classe dominante decidirá, em situações desse tipo. Por via de regra, é a sociedade, através da manifestação de entidades representativas de classe ou segmentos desta e de pessoas, moradoras na localidade, que decide sobre a autorização para o



funcionamento das rádios comunitárias. O papel do Estado deve ser apenas o de homologar essa autorização dada pela sociedade. É o princípio da representação política da sociedade já consagrado na lei de radiodifusão comunitária. Em tese, as rádios livres, ou conjuntamente comunitárias, não têm e não devem ter nenhum vínculo com o Estado. São instrumentos de expressão cultural e política da classe trabalhadora, de estrato

de classe, de segmentos sociais em luta para a superação de diferenças e/ou contradições advindas do modo capitalista de produção da nossa sociedade.

Por outro lado, os sem-comunicação se constroem enquanto sujeitos históricos exatamente no confronto com as políticas excludentes e privatizantes do Estado, inclusive com a de comunicação, em particular, com o sistema privado de radiodifusão. O Estado, seja o legislativo ou o executivo, tem deliberado e executado, de modo intensivo, sua política de telecomunicação e de radiodifusão, com base no modelo da globalização capitalista, tendente à hegemonização do capital estrangeiro nas empresas sediadas no Brasil ou de capital nacional e à desterritorialização configurada na transnacionalização da comunicação e da cultura, na sua totalidade. Referindo-se à *Conferência Telecom Interactive 97*, realizada em Genebra, quando representantes das indústrias de telecomunicações, de informática e de audiovisual traçaram uma estratégia internacional para a Sociedade da Informação, assinala Beto Almeida, vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas, que “esta sociedade desenhada pelos empresários teria uma infra-estrutura comum para os países industrializados, unidos por interesses semelhantes e o resto do mundo estaria subordinado a vias secundárias, sem acesso às auto-estradas eletrônicas principais, em particular as de banda larga e de maior potência”.

No Brasil, ao lado da adesão a essa política, o governo admite, simultaneamente, a existência de jornais, rádios, TVs, TV a cabo e provedores de rede da Internet regionais, que disputem a audiência com os meios alternativos e livres populares em bairros, cidades ou regiões. Sobre os meios alternativos e livres populares as normas impostas pelo Estado autoritário têm sido restritivas, sempre na perspectiva da garantia dos interesses e necessidades do mercado capitalista e do poder hegemônico do capital e suas oligarquias políticas. Nesse sentido, temos um Estado máximo para o capital e inversamente mínimo para a maioria da população que vive do emprego, dos pequenos negócios, tem reduzido poder de compra, e se vê cada vez mais excluída dos serviços públicos, mas, também parte desta encontra-se submetida ao mundo crescente do desemprego.

Para o Estado burguês é perigoso a legitimação social do direito de voz no rádio da maioria da população excluída da produção material e simbólica da sociedade. No entendimento dos parlamentares conservadores, quando da aprovação da lei das comunitárias, estas são toleradas como rádios de segunda categoria, as quais podem sofrer interferências de outras comunitárias ou comerciais e o discurso dos excluídos, no caso, deve ser sempre um “discurso sufocado”, expressão usada por Ciro Marcondes. E, na tentativa de redução da área de irradiação dessas emissoras, a alternativa adotada pelos deputados, inclusive na defesa dos interesses próprios, foi a da redução da potência das rádios (já) de baixa potência, para 25 watts.

### **Cultura e política**

É consensual hoje nos meios acadêmicos e científicos a idéia dos meios da comunicação mediática serem espaços privilegiados da cultura, da ideologia e da po-

lítica. Interessam aos grupos sociais diversos que atuam nesses domínios o mando e a manipulação sobre os *mass media* mais do que sua simples presença nestes. Justifica-se, então, toda a discussão que vem sendo feita nos meios acadêmicos e políticos acerca do público e do privado, categorias de análise que refletem sobretudo a natureza da propriedade desses meios em função do comportamento desses grupos na gestão e destinação dos *mass media* na produção sim-

bólica na e para a sociedade. Na radiodifusão brasileira, o Estado concede aos grupos privados emissoras de rádios e TVs para o consumo do mercado e da mitificação da imagem de políticos conservadores, partidos e programas, inclusive de religiosos, sempre as-

sociada a sonhos, esperanças e vãs expectativas sociais. A esfera do público, hoje ainda reduzida às poucas emissoras educativas, que, por sua vez, nelas predominam a veiculação do discurso da dominação e, num sentido amplo, dos valores da cultura das classes dominantes, poderá ser ampliada e até mesmo transformada qualitativamente, do ponto de vista político e ideológico, com as emissoras livres comunitárias.

Para Massimo Canevacci, os *mass media* da comunicação verticalizada, unilateral, privada, sociologicamente parece “ser uma forte concentração das relações de poder entre quem detém o controle das comunicações e quem é reduzido apenas à passividade de espectador”. Sob o sistema de concessão de canais constituído a partir do modelo do controle político-partidário adotado por Getúlio Vargas, que o fragiliza até mesmo enquanto setor capitalista de produção de bens simbólicos, o rádio foi ao longo do tempo desvelando seu caráter privado e sua desfiguração na prática social da construção da linguagem - um privado, no sentido conotativo do termo, mais político que econômico. No rádio, na esfera do privado, segundo Sérgio Caparelli,

***Interessam aos grupos sociais diversos que atuam nesses domínios o mando e a manipulação sobre os mass media mais do que sua simples presença nestes. Justifica-se, então, toda a discussão que vem sendo feita nos meios acadêmicos e políticos acerca do público e do privado.***

o discurso dos governantes sobre a realidade nunca vem acompanhado do discurso dos governados.

Na década de 30, com o impulso dado à industrialização nos principais centros urbanos do país, o rádio elitizado dos clubes burgueses transforma-se logo em comercial. Ao adquirir características massivas, acompanha o ritmo da expansão da sociedade de consumo. Para Caparelli, as emissoras “de um lado, fizeram com que as massas urbanas conhecessem novos produtos e, do outro, alargaram o seu consumo”. Apesar do advento da sociedade da informação, o jornalista Beto Almeida (1998) lembra que, “enquanto muitos sonham em surfar no vasto oceano da Internet e dispor de intermináveis fontes de informação gratuita, grandes interesses financeiros trabalham para regulamentar e comercializar o sistema, cobrando caro por sua utilização, afastando-o da possibilidade de servir como utilidade pública e reduzindo seu imenso potencial democrático”.

As rádios alto-falantes, ditas como comunitárias, apesar de algumas delas serem pertencentes a associações de moradores, se increvem, na verdade, no primado do privado. A difusão dos discursos é manifesta, ouvida por todos, de forma autoritária, mas a esfera “pública” aí se dissolve na medida em que traz, de modo implícito, uma contradição, na forma e conteúdo, entre o interesse coletivo e o interesse individual ou restrito a uma esfera de interesse identificável na comunidade. Semelhantes às emissoras comerciais de ondas médias, ondas curtas ou de frequência modulada, têm surgido, ao longo dos anos, nas cidades de pequeno porte e nos bairros, e até mesmo em feiras, nos médios a grandes centros urbanos brasileiros, inúmeras rádios alto-falantes. Esses serviços de som em circuito fechado, com estúdio, telefone, locução ao vivo e alto-falantes instalados em postes localizados em praças, ruas principais, feiras e pontos de ônibus do bairro ou de uma pequena cidade, apresentam diariamente uma programação musical e publicitária variada, pedidos musicais do ouvinte, informação, recados, programa religioso, entrevistas e reclamações dos ouvintes.

Na verdade, essas rádios alto-falantes têm funcionado, até certo ponto, como um “serviço de utilidade pública”. Algumas, com programação limitada, terminam oscilando entre uma rádio comercial e um serviço

eletrônico de publicidade. Geralmente, reproduzem a desfiguração do processo da comunicação radiofônica. Exatamente no contexto dessa desfiguração ocorre a concessão pública a interesses privados. O que evidencia a transformação na natureza social das emissoras e o constitutivo da propriedade, das relações e controle dos meios de produção social destas, com produtores e ouvintes distintos, sendo estes últimos reduzidos a meros destinatários das mensagens da emissora, que, coisificada, passa a não ter compromissos comunitários ou sujeito coletivo definido.

A reprodução da esfera do privado e dessa relação social na comunicação, onde individualidades e grupos sociais se sobrepõem a outros, sem que hajam, entre si, contradições, nos domínios da cultura e da política, tem sido identificada nas experiências deste nascedouro do movimento das rádios livres e comunitárias, no sistema de radiodifusão comunitária. Em Vitória da Conquista, uma das maiores cidades do interior da Bahia, por exemplo, os movimentos sociais em luta pela qualidade social de vida, articulados através de suas entidades e coordenações de movimentos, ao criarem a Sociedade Civil Periperi, para, comunitariamente, gerir a rádio Periperi, respeitados os termos da lei, enfrentam, de fato, as nove emissoras, FM, de baixa potência, já em funcionamento, ditas comunitárias, dos grupos religiosos, cada uma com uma frequência, produzindo discursos radiofônicos na perspectiva da competição entre si no domínio da religião, quando, na verdade, haverá apenas uma emissora detentora da frequência, nacionalmente, definida na lei e na sua regulamentação.

O rádio livre, na sua abrangência comunitária, constituído por sujeitos coletivos, que se constroem, cotidianamente, num universo de diálogo e ao mesmo tempo de conflito, emergente da sua existência social concreta na sociedade, encontra seu lugar na esfera pública. Esse espaço, o público, é o espaço da liberdade, da participação política e da consciência crítica. É o espaço do novo no rádio, na cultura, na educação, na política, enfim, na totalidade da sociedade que, praticando a democracia na comunicação, se constrói, permanentemente, enquanto sociedade do vir-a-ser democrática, justa e igualitária. As emissoras livres surgem justamente na e da organização comunitária

popular inserida no contexto da cultura de resistência e de construção da cidadania plena das classes subalternas. Nascem, portanto, em situações problematizadas da necessidade de comunicação em si e para a superação da ausência de identidade coletiva, que se elabora permanentemente na organização, mobilização e consciência popular, quando o grupo, classe ou comunidade, no sentido genérico do termo, busca o diálogo, a solidariedade e a união em torno do reconhecimento de objetivos, carências, anseios, crenças e valores comuns.

Se qualquer grupo social pode chegar a ser uma comunidade, como afirma Agnes Heller, constituindo-se numa “ação organizada de indivíduos que possuem ou estão sob condições comuns”, a comunicação radiofônica, por ter seu campo de atuação no bairro ou local onde o contato interpessoal direto é a principal forma de comunicação, serve como ponto de aglutinação para o relacionamento entre as pessoas da comunidade e como mediação na livre circulação da informação sobre as experiências cotidianas das pessoas. Incluídos aí o contato com as lideranças e a série de ações cidadãs, o diálogo, as trocas culturais, a pauta dos temas alimentadores dos debates e das conversas nas relações interpessoais, a divulgação das festas e de momentos de lazer em geral, abrangendo, ainda, a afetividade, o imaginário popular, o novo saber e fazer comunitário.

De fato, nos momentos das manifestações do lúdico, da solidariedade, da mobilização e luta, as expressões extrapolam o universo das palavras, envolvendo sentimento e emoções. Numa reciprocidade dialética, as expressões unem as dimensões do discurso radiofônico às da cultura, da educação e da política. Para Paulo Freire, “a comunicação inter-sujeitos implica a reciprocidade dialética mediante a qual o homem livre transforma o mundo simbólico e abrangente da cultura no processo permanente de sua própria libertação”. Nesse sentido, não há comunidade e nem comunicação sem o encontro efetivo de sujeitos interlocutores. Ambas pressupõem a participação, o diálogo, a presença do sujeito coletivo, um sujeito em permanente formação cidadã. Um sujeito de suas ações, da história, do processo social que projeta seu livre destino.

Ao lado disso, é indiscutível a necessidade de os movimentos sociais locais e nacionais virem a dispor de instrumentos próprios de comunicação de massa para, na interlocução permanente com pessoas e entidades no interior da sociedade, construírem uma mídia que expresse a construção social do conhecimento, a valorização das experiências históricas de suas lutas, de seus projetos, de suas utopias e seus horizontes políticos, revolucionando os espaços da cultura e da política e, nesse processo, se auto-educando, na esperança de que o mundo pode e deve ser mudado na direção que, coletivamente, dermos como sujeitos históricos, se nos construímos como tais. No momento em que nós, excluídos, optamos pela via legal e esse movimento das rádios livres passa a ser difundido como comunitário, expressão extremamente ambígua e perigosa no campo da ciência política, permitimos que grupos políticos conservadores dele se aproprie, em oposição a todos os excluídos não somente da comunicação.

Corremos, então, o risco de encontrar o lugar já ocupado ou disputar com eles essas outorgas de canais em cada bairro de qualquer uma das cidades brasileiras. Com efeito, essa é a regra do jogo político. Devemos, portanto, ocupar, o mais rápido possível, esse único canal em frequência modulada na área de “cobertura restrita” ou irradiação, que abrange os bairros de uma cidade grande, uma cidade de médio porte, uma ou mais pequena cidade, vilas ou povoados, quando circunscritos no raio, mais ou menos, de dez quilômetros.

Nessa perspectiva, devemos implementá-las, levando em conta os princípios que regem o movimento das rádios livres:

1) Ser comunitária significa ser livre. Essas emissoras, na sua constituição e posicionamento político-ideológico, primam pelo princípio universal da liberdade, que une uma diversidade de formas manifestas de liberação do imaginário social da juventude por mais contraditórios que pareçam à lógica do discurso de alguns movimentos socialistas, e os sentidos de liberdade que se produzam nos discursos dos movimentos sociais em luta por sua libertação da condição de socialmente excluídos, explorados, oprimidos, ou, de alguma forma, discriminados.

2) Ser comunitária significa ser pública. O sistema de radiodifusão admite as categorias de públicas, esta-

tais e privadas. A lei relativiza o sentido de público dado pelos movimentos sociais quando define três níveis de participação na gestão das emissoras, configurando os vínculos entre estas e as entidades da comunidade atendida pelo Serviço de Radiodifusão Comunitária. Em primeiro lugar, a associação comunitária formada por entidades e/ou pessoas da comunidade a quem cabe a responsabilidade e o poder hegemônico sobre o serviço, por reconhecimento (outorga) do Estado e legitimação social perante as demais entidades e pessoas da territorialidade social, vista como uma comunidade. Na segunda, as entidades que constituem o Conselho Comunitário, e, na terceira, as demais entidades e pessoas que serão atendidas, sob condições definidas pelas primeiras. Finalmente, esse atendimento deve ser de “interesse exclusivo da comunidade”, portanto, proibida a apropriação individual, por pessoas ou entidades, sobre a rádio, seu conteúdo, sua programação.

3) Ser pública significa ser democrática. Significa, na medida do possível, garantir a todos o acesso, a permanência, a gestão, a participação no serviço ou atividade, entendida como direito social intransferível. As entidades que tomarem a iniciativa do pedido de outorga do canal de rádio deverão compartilhar com as demais representativas dos movimentos sociais (no campo dos excluídos) da área em questão quanto às responsabilidades, custos e benefícios sociais e políticos. Trata-se do exercício do direito à fala, ao diálogo, à livre expressão do pensamento, à circulação da informação, a “manifestar idéias, propostas, sugestões, reivindicações” (artigo 4º da Lei), construindo, na mídia (própria) novas interações, novas relações entre o saber e o poder, referenciadas nas pequenas e grandes lutas travadas na sociedade.

4) Ser democrática significa garantir mecanismo de participação dos socialmente excluídos. Não cabe nas rádios a figura do programador, que numa relação au-

toritária, impõe a todos o que deve ser transmitido e ouvido. A grade de programação da emissora, inclusive a musical, deverá ser democraticamente organizada com base nos resultados de enquetes periódicas, ouvido o Conselho Comunitário e deliberada pela diretoria da associação mantenedora da rádio. Essa participação funda-se numa troca de papéis em que uma parte dos ouvintes se transforma em produtores de programas e outra, bem mais numericamente expressiva, coloca-se na posição de co-produtores, com influência maior ou menor sobre este ou aquele programa, na medida em que, todos nós, somos, em tese, sujeitos coletivos na comunicação radiofônica livre comunitária. A produção de programas resultará da

ação voluntária [militante] e da profissionalização de parte desta na emissora.

A luta pelo rádio livre está diretamente relacionada à luta pela democracia, por uma sociedade justa, igualitária e livre, onde esse novo sujeito social vai conquistando o exercício da cidadania e sua própria construção como sujeito histórico. Passa, enfim, pela apropriação coletiva dos instrumentos

***A luta pelo rádio livre está  
diretamente relacionada à luta  
pela democracia, da sociedade  
justa, igualitária e livre, onde esse  
novo sujeito social vai  
conquistando o exercício da  
cidadania e sua própria  
construção como sujeito histórico.***

da comunicação mediática e pela transformação das emissoras comunitárias em livres, de fato, dadas as condições objetivas e subjetivas das classes subalternas de elevação quantitativa de sua posição, tendente a hegemônica, do quadro da cultura e da política na territorialidade abrangida pela emissora. Reside aí o salto qualitativo do movimento das rádios livres. São comunitárias, pois, nos seus caminhos cruzados; todo discurso socialmente construído por esses sujeitos coletivizados no espaço na luta política é, comunitariamente, que se realiza. E, ao mesmo tempo, são livres porque livres serão sempre a natureza, a forma, o conteúdo, a veiculação, o processo de produção simbólica das classes subalternas em luta pela superação, em todas as dimensões, do conflito entre a subalternidade e o poder conservador hegemônico na sociedade. **RA**

# COLÔMBIA: UM QUEBRA-CABEÇA DE VIDA E MORTE

Adrián Padilla



**N**os últimos três meses, uma onda de fatos tem abalado a cena política colombiana. Nada de raro em época eleitoral. Mas, a contundência desses acontecimentos faz com que a atenção aumente em relação ao presente e ao futuro daquele país latino-americano.

Na primeira semana de março, uma notícia espalhou-se pelo mundo todo: o exército colombiano estava desenvolvendo uma das campanhas militares de maior escala das realizadas até então contra um grupo guerrilheiro, no caso, contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A operação, que incluiu a participação de tropas de elite e o uso de helicópteros, tinha o objetivo de eliminar o Estado Maior do grupo guerrilheiro e, por isso, o local escolhido para a ação foi o Sul de Bogotá, região histórica dessa organização que se movimentava por todo o território colombiano. Os confrontos prolongaram-se por mais de uma semana e os resultados foram tão negativos para o governo – mais de 80 soldados mortos e a queda de três helicópteros – que o secretário geral da OEA (Organização de Estados Americanos), César Gaviria Trujillo, ex-presidente da Colômbia, os qualificou como o maior desastre do exército de todos os tempos. Essa situação não só indica a força e capacidade militar da guerrilha, mas também abre um leque de questionamentos sobre a situação colombiana. Por que depois de quase quatro décadas de luta, no mundo “pós-muro”, a experiência

guerrilheira na Colômbia continua a ter vigência? Qual a relação da sociedade civil colombiana com os fatores beligerantes? Quais as condições para uma saída política negociada? Alguns observadores acreditam que os Estados Unidos poderiam intervir diretamente pelo fracasso do exército colombiano. Estaríamos falando de um novo Vietnã?

Ainda no mês de março, foi publicado pelos meios de comunicação o andamento das conversações para um acordo de paz entre representantes do governo de Ernesto Samper e os guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN), a segunda força insurgente do país, que estavam sendo feitas em Madri. O ELN fechou o diálogo porque, segundo eles, não se respeitou o sigilo acordado entre as partes. As autoridades colombianas atribuíram o fato à morte do máximo chefe do ELN, o padre Manuel Pérez.

Abril começou com uma notícia que chocou grandes setores da sociedade civil colombiana. Em Bogotá, foi morto o advogado Eduardo Umaña Mendoza, reconhecido lutador pelos direitos humanos. Esse fato, junto a novos massacres na região bananeira de Urabá, geram uma mobilização nacional.

Em maio, mês eleitoral, aconteceram inúmeras atividades pela paz e pelos direitos humanos. Desde a passeata do dia primeiro até a concentração de milhares de pessoas na Plaza de Bolívar, no centro histórico de Bogotá, dia 19, para lembrar o primeiro aniversário do assassinato de Mario Calderón e Elsa Alvarado (pesquisa-

dores do Centro de Informação e Educação Popular, instituição ligada à Igreja Católica).

No último dia de maio aconteceram as eleições em primeiro turno. De um universo de votantes de 20 milhões de colombianos, quase 50% participaram do pleito. Os resultados levaram ao segundo turno os principais candidatos: Horacio Serpa (Partido Liberal) e Andrés Pastrana (Partido Conservador). Pastrana sagrou-se vencedor das eleições no segundo turno.

Sem dúvida, estamos falando de um quebra-cabeça político, social e histórico. Além do mais, com a quantidade e qualidade das informações veiculadas pela mídia brasileira sobre o que acontece nos restantes países latino-americanos (fora do Mercosul), os termos que melhor definem uma visão sobre a Colômbia são: desinformação e confusão.

### **Percurso de uma crise**

Localizada no limite norte da América do Sul, a Colômbia tem um milhão de quilômetros quadrados. Sua população de pouco mais de 30 milhões de pessoas encontra-se, basicamente, em duas geografias: tropical e montanhosa. Desde o século passado o país se desenvolveu em quatro grandes regiões: o litoral atlântico, o alto Magdalena ou Cordilheira Oriental, o Valle de Cauca e Antióquia.

Os interesses políticos e econômicos criados em cada uma dessas regiões gerou confrontos entre elas pela dominação do país. A partir desses enfrentamentos surgiram

inúmeras guerras civis que marcaram a história desde a independência até 1902, impossibilitando um desenvolvimento econômico coerente e gerando muita pobreza.

Desde o final do século passado começou-se o processo de unificação política da Colômbia como nação. Em 1886, promulgou-se a Constituição Nacional da República, mas foi só em 1902 que acabaram os enfrentamentos regionais e as guerras. Esse processo político aconteceu conjuntamente com o

processo econômico que deu o salto de uma economia baseada na exploração mineira e do tabaco para uma economia moderna, sustentada na exploração do café. A partir de então, a zona central do país, com sua capital Bogotá, e o café ficaram dominando o país.

No começo do século XX, a Colômbia era considerada como um dos países mais pobres do continente. Depois de várias décadas, sua economia chegou a ocupar o quinto lugar na região. Em 1930,

70% da população era rural, hoje mais de 70% dos colombianos moram nas cidades. Este processo, estimulado pelo capital internacional, tem gerado grandes diferenças sociais. Um pequeno grupo acumulou muita riqueza, enquanto os trabalhadores, tanto do campo como das cidades, e os moradores das favelas ficaram na miséria e na pobreza extrema.

Já na década de 50 essas mudanças eram significativas. Os camponeses chegaram às cidades,

## FARC EM LUTA POR UMA COLÔMBIA JUSTA E UNIDA

*As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) é uma das duas organizações de esquerda que ainda atuam dentro da linha da luta armada para tomar o poder político. Estamos falando de uma das experiências guerrilheiras mais antigas do continente. Sua origem, de fato, pode ser localizada na década de 50, embora seu nascimento oficial tenha sido em 1964. Em fevereiro passado, um mês antes do desenvolvimento de um dos confrontos bélicos mais importantes dos últimos tempos, entre o exército colombiano e as forças insurgentes das FARC na região do sul do Tolima, foi publicada na revista colombiana Alternativa, uma entrevista com Alfonso Cano, membro do Estado Maior e do Secretariado dessa organização político-militar. Neste trabalho jornalístico o chefe guerrilheiro expõe sua visão sobre a atual conjuntura colombiana e fala das propostas políticas de sua organização. A seguir, reproduzimos trechos da entrevista concedida a Carlos Wilmer.*

### **As FARC mantêm posição de não discutir propostas de paz com o governo de Ernesto Samper?**

Em uma plenária do Estado Maior das FARC, em novembro passado, analisou-se a necessidade de insistir em propostas para a solução política da crise que vive a Colômbia. Não temos as portas fechadas para que as negociações possam começar imediatamente.

### **E se o governo aceitar as suas propostas de afastar as forças do exército das zonas que vocês estão exigindo?**

Se ocorrer essa "limpeza" nos cinco municípios que indicamos, nos sentaremos a olhar todos os detalhes e conversaremos com aqueles que têm manifestado seu interesse em impulsionar este processo, ou seja, os grêmios econômicos, a Cruz Vermelha Internacional, a Comissão Nacional de Conciliação e as ONGs para chegarmos a um acordo nas dimensões da discussão. A sociedade colombiana deve se comprometer com o desenvolvimento de

um processo de conversações entre a insurgência e o governo, mas não pode ocorrer como das vezes anteriores se utilizou o tema da paz como bandeira para politicagem, tal como aconteceu no governo de César Gaviria.

### **As FARC aceitariam dialogar com os paramilitares?**

O paramilitarismo é uma política de Estado, tem os mesmos interesses. Seus chefes são personalidades do Estado. Os paramilitares não brigam pelo poder político nem contra o Estado. Eles são cuidados, formados e financiados pelo Estado. Falando com o governo, com os generais, esse setor estaria representado. Além do mais, o paramilitarismo não está pensado para combater a guerrilha. Está pensado para assassinar a população civil e gerar o terror. E isso é o que está fazendo, está semeando o pânico, realizando massacres, repetindo uma fase da história nacional, em termos de sadismo, já vivida nos anos 50. A política é a mesma: temperada e complementada com o uso dos meios que pretende apresentar um enfrentamento entre o paramilitarismo e a guerrilha. Isso não existe.

### **Afirma-se que ideologicamente a guerrilha é cada vez mais fraca e que perdeu seu norte político. Isso procede?**

Nossos inimigos, com bastante frequência, nos fazem essas acusações. Entendemos que é mais uma forma de confrontação ideológica nesta época turbulenta e difícil. Temos passado uma crise de fogo, a do campo socialista na década dos 90, que quebrou muitas organizações revolucionárias no mundo todo. A toda essa gente, que se havia feito ilusões e que não tinham bem "cimentadas" suas convicções e princípios, as deixou no caminho. Mas, na verdade, os princípios que sustentam nossa atividade continuam sendo os mesmos com os quais as FARC começaram sua luta. Há 34 anos tratava-se de um grupo de 47 homens, com muita dignidade e grandes limitações. Hoje somos mais de 60 frentes, com

acompanhando as fábricas, os bancos e as modernas construções. A crise mundial, iniciada em 1968, abateu também a economia colombiana que sofreu posteriormente os efeitos do aumento nos preços do petróleo em 1973. Mas a Colômbia se saiu bem dessa crise, por vários fatores: o bom nível nos preços do café; o florescimento da economia subterrânea, baseada no tráfico da cocaína e da maconha, e os milhares de milhões de dólares que chegaram aos países pobres

em forma de empréstimos na segunda metade dos anos 70. No final da década dos anos 80, Bogotá tinha mais de 5 milhões de habitantes; Cali, Medellín e Barranquilla mais 5, e 20 cidades intermediárias tinham entre 100 mil e 150 mil habitantes. Ao lado dos grandes prédios, abriu-se o espaço da miséria. Os “gamines” – meninos de rua –, as favelas, o roubo, o sequestro como indústria, a crise dos partidos políticos tradicionais, a corrupção e o narcotráfico são os

sinais de uma situação política e social marcada pela violência em suas distintas expressões: estrutural e institucional. As explosões sociais, a repressão e a revolução social têm sua razão de ser neste processo político-econômico-social crítico e complexo.

### “El Bogotazo”.

#### E o começo da violência

Em abril de 1948, Bogotá foi cenário de importantes fatos histó-

inúmeras colunas, com espaços políticos conquistados tanto na Colômbia quanto no exterior. Estamos cada vez mais convencidos da justiça desses pleitos de há 34 anos, que têm grande incidência na vida política nacional.

#### Quais são seus princípios políticos?

Brigamos por uma sociedade justa, sem classes. Queremos o socialismo. Somos radical e verticalmente inimigos do sistema capitalista. E a possibilidade de uma sociedade igualitária tem suas próprias características, que têm suas origens nas raízes históricas, na diversidade cultural, em nossos antecedentes bolivarianos e por isso lutamos. Mas não pode ser um processo no qual um grupo de gente audaz desenvolva essa busca se isolando do povo. Não somos messiânicos. Disso deve participar o povo colombiano em seu conjunto. De outra maneira é absolutamente impossível conseguir essas metas.

#### Qual a maior diferença entre as FARC e o ELN?

Empregamos formas de luta similares, objetivos comuns, posições coincidentes com relação ao diagnóstico do país. Temos o que se chama no jargão da esquerda um acumulado histórico distinto, métodos e concepções diferentes sobre o desenvolvimento da política, da tática militar, da estratégia. Tudo isso produz enfoques distintos. Porém, mantemos boas relações com os companheiros do ELN.

#### Que experiência ficou de Las Delicias?\*

Muitas. Conseguimos mostrar que tudo o que disseram as autoridades era uma manipulação irresponsável que procurava gerar reações contrárias da população para conosco. Tratava-se de desconhecer que temos critérios revolucionários em relação ao adversário ferido ou capturado em combate. Nossos princípios são compatíveis com o Direito Internacional Humanitário. Politicamente, conseguimos mostrar ao mundo que seguimos vivos e queremos a paz. Que ela continua sendo nosso objetivo e que temos toda a disposi-

ção de seguir procurando, de qualquer jeito, a saída política para a crise. Em termos de militância, mais do que para nós, para o país, foi importante comprovar que a luta guerrilheira deste final de século tem elevado sua qualidade. Uma ação ofensiva tipo Las Delicias, uma base militar ocupada com mais de cem efetivos, tomada pela guerrilha, significa que esse tipo de luta se tem qualificado na Colômbia.

#### Que posição vocês têm perante o narcotráfico?

É um problema do capitalismo de tipo social e não de ordem pública. Há dois anos, quando começaram seriamente a campanha de fumigação aérea, informaram que havia 70 mil hectares de cultivos ilícitos na Colômbia. Jogaram glifosato e outros produtos químicos como bem quisessem nos rios, afetando pessoas, animais e mudando toda a ecologia. Falaram que haviam fumigado 46 mil hectares e acabado com 30 mil. E no último informe do *Washington Post* diz-se que há 72,5 mil hectares de cultivos ilícitos na Colômbia. Cresceram. Conclusão: Não existe poder humano, desde o ponto de vista da repressão, que possa impedir sem dar uma alternativa certa ao camponês. Não há trabalho para a gente, o desemprego cresce. Ou roubam ou se dedicam a cultivar coca. É um problema do capitalismo.

#### Finalmente, o que está propondo as FARC?

Que nós tenhamos maior participação na administração do dinheiro público. Um exército e uma polícia que não tenham na sua cabeça a concepção do inimigo interno, um tipo de autoridade armada distinta da que temos agora. Os dez pontos do projeto que elaboramos sobre o econômico, o social, as relações internacionais, a pesquisa científica, a reforma agrária integral e o narcotráfico, não foram feitos para excluir ninguém, mas, sim, para aglutinar.

\* *Refere-se a uma ação militar que realizou as Farc em 1997 com a captura de mais de 60 soldados. O processo de libertação dos prisioneiros foi registrado pela mídia nacional e internacional. Neste caso, a Cruz Vermelha foi a mediadora.*

ricos. Delegados dos países do continente reuniram-se para executar as orientações da “Doutrina Truman”, que teve a sua máxima expressão na criação da Organização de Estados Americanos (OEA). Este organismo constituiu-se em um fator fundamental para a política norte-americana no contexto da “Guerra Fria”. O governo norte-americano deu tal importância à IX Conferência Panamericana que o general George C. Marshall, então secretário de Estado, assistiu a dito evento. Sem dúvida tratava-se de garantir o controle das zonas de influência na visão dos blocos de poder. OS EUA estavam reafirmando a vigência da Doutrina Monroe, filosofia essencial de sua política exterior que exige um papel hegemônico para este país do norte sobre os restantes países do continente.

No dia 9 de abril daquele ano, enquanto se realizava a Conferência Panamericana, às 13 horas e 5 minutos, foi morto a tiros na “Carrera Septima”, avenida do centro histórico de Bogotá, o líder político mais popular da história colombiana: Jorge Eliécer Gaitán. Líder do Partido Liberal, Gaitán foi um homem de complexas facetas. A sua morte desencadeou uma ação de massas, de violência urbana, jamais vista na história da Colômbia. Essa forte resposta popular deveu-se, em grande parte, à profunda e carismática forma de ele falar às massas, exprimindo a realidade social.

Esses fatos, conhecidos como “El Bogotazo”, são o começo de uma nova etapa histórica neste país latino-americano. Em um período de uma década fala-se de um saldo de quase 300 mil mortos. A violência popular protagonizada pelo povo a partir da morte de seu líder foi respondida com maior repressão, assassinatos políticos, perseguições e desaparecimentos. A luta frenética entre liberais e conservadores abriu o período de “La Violencia”, onde surgiram as guerrilhas liberais (entre aos anos 1949 e 1957). O princípio fundamental dessa forma organizativa não foi a tomada do poder político através da via armada.

Seu objetivo principal era garantir a vida dos camponeses que fugiram para o mato, em primeiro lugar, para se defender da repressão. Tratava-se da sobrevivência, de exercer o direito à resistência. Nessas regiões surgiram formas de organização de autogestão econômica, política e social que foram chamadas pelo governo de Gustavo Leon Valencia de “repúblicas independentes”. No início dos anos 60, a existência dessas formas de organização foi debatida no parlamento colombiano, e, na mídia, conheceu-se a “República Independiente de Marquetalia” como uma das mais desenvolvidas. Em 1964, o exército realizou a chamada

“operación Condor” que consistiu em ataques militares com apoio da aviação para eliminar essas formas de organização, que segundo o deputado conservador Alvaro Gomez Hurtado representavam um grande perigo para a estabilidade da nação. Essa operação, a maior realizada pelo exército colombiano até então, concentrou-se fundamentalmente em Marquetalia, região Sul do Tolima. Entre os sobreviventes dessa ação militar estava Manuel Marulanda Velez, “Tirofijo”, atual máximo chefe das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

### **A guerrilha: uma luta e duas tradições**

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia são a organização guerrilheira mais importante e experiente do país. A sua evolução está vinculada ao nascimento e desenvolvimento das guerrilhas liberais dos anos 50; na atualidade está integrada por mais de 60 frentes (cerca de 20 mil militantes) espalhadas por toda a geografia nacional.

Manuel Marulanda Vélez, máximo líder das FARC, conhecido na história política colombiana como o legendário “Comandante Tirofijo”, em entrevista, realizada

na década de 80, lembrava-se dos fatos históricos determinantes para o surgimento dessa organização em 1964, depois de um forte ataque do exército a várias regiões rurais. O “Tirofijo” diz que “esse problema de Marquetalia que se prolongou por mais de vinte anos podia ser resolvido simplesmente com a visita de uma comissão do parlamento, do clero, de algumas autoridades civis ou militares que para elas tivessem conferido, na prática, o que havia nessa região. Era um grupo de 47 camponeses trabalhando, cada um era dono de um sítio e de sua casinha e possuía bens. Estavam produzindo para o mercado. Um problema para ser resolvido com uma conversa e não com uma ocupação militar”.

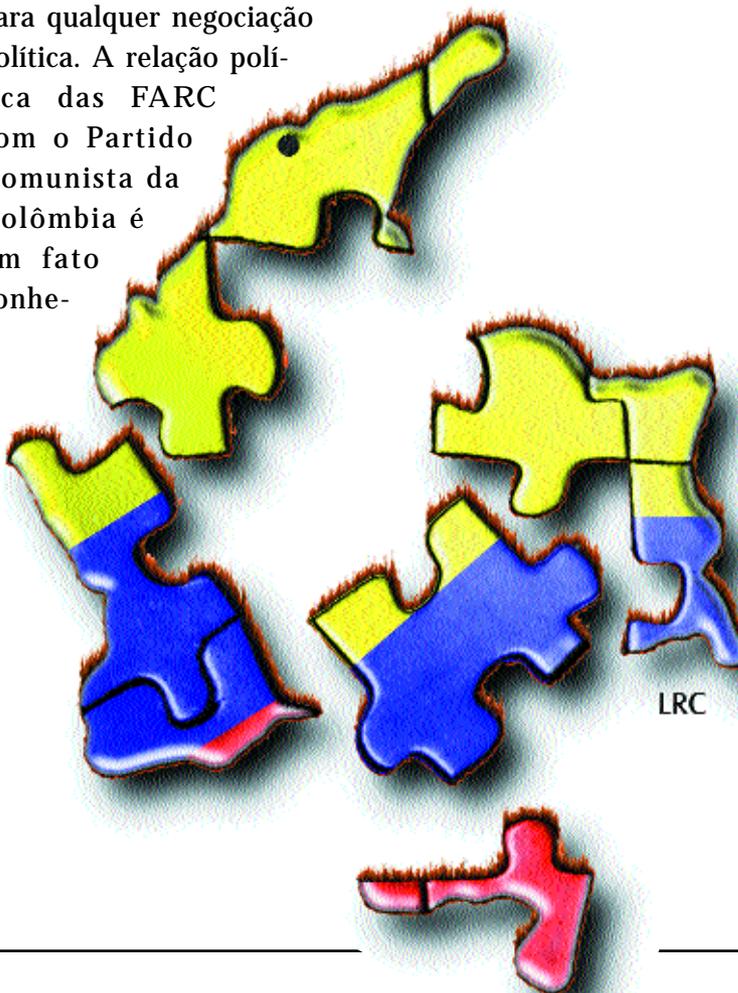
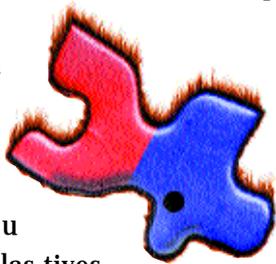
Nos primeiros dias de abril de 98, foi assassinado, em Bogotá, o advogado Eduardo Umaña Mendoza, do coletivo de advogados “José Alvear Restrepo”, que luta pelos direitos humanos. Em uma entrevista que lhe fizemos há 10 anos, ele falou das origens das FARC nos seguintes termos: “as FARC nascem dessas guerrilhas do planalto, ou nutrem-se delas, é dizer, nunca rompem com a etapa histórica mas é uma continuidade mais qualificada das guerrilhas do planalto. Esse movimento guerrilheiro (o do planalto) não nasce para se confrontar com as estruturas de poder político e sócio-econômicas, mas essencialmente para a autodefesa, é dizer, uma concep-

ção de se defender da repressão. Situação exprimida claramente com os bombardeios de algumas zonas rurais ou com a neutralização de algumas zonas estratégicas como no caso de Río Chiquito, El Pato, Guayabero e Marquetalia”.

Expulsos dessa região, esses camponeses-guerrilheiros fundaram oficialmente as FARC com outros destacamentos guerrilheiros do sul do Tolima. Nos anos 70, registra-se uma consolidação significativa que fornece as bases da organização atual. Nos acordos da 7ª Conferência propõe-se passar a um plano ofensivo mais radical; desde então vem se desenvolvendo uma capacidade e força militar que constitui o fator de maior peso para qualquer negociação política. A relação política das FARC com o Partido Comunista da Colômbia é um fato conhecido

e localiza-se, historicamente, no final da década de 50, nas guerrilhas do planalto. Mas, além dessa relação, essa organização tem procurado outros espaços políticos, como ficou claro na experiência da “Unión Patriótica” (UP) que nasceu em 1985 com o objetivo de fortalecer a luta popular e concorrer às eleições. Em 1986, na sua primeira participação eleitoral, ganharam espaço nos governos municipais e departamentais. A direita não tolerou essa participação e começou o extermínio dos militantes da UP. Em 1988 já haviam sido mortos mais de 800 militantes, incluindo seu líder principal, o advogado Jaime Pardo Leal.

Nos últimos processos eleitorais, a posição das FARC tem sido



de abstenção e de paralisações armadas nas regiões sob seu controle para não permitir as eleições que eles chamam de “fraude do bipartidarismo”.

### **Revolução cubana e a teologia da libertação**

A fundação dos Exército de Libertação Nacional (ELN), em 1965, reflete o impacto de dois importantes fatos históricos latino-americanos da década de 60: Re-

volução Cubana e Teologia da Libertação. Por um lado, apesar de o “foquismo” (herança da Revolução Cubana) como prática político-militar ser um fenômeno comum a várias organizações guerrilheiras desse país, é o ELN, pelo menos na sua etapa inicial, seu representante fundamental. Desde a tomada do povoado de Simacota, no departamento de Santander, em 1965, até as ações militares do noroeste de Antióquia (Otu, Santa Isabel, Remedios) e do sul do de-

partamento de Bolívar (San Pablo), em 1972, o ELN registrou um crescimento orgânico e uma projeção de sua política. Em 1973, sofreu um duro golpe com a perda de dois de seus fundadores, os irmãos Manuel e Antonio Vásquez Castaño, mortos em combate. Por outro lado, é significativa a participação de militantes cristãos nas fileiras dessa organização político-militar. A incorporação do padre Camilo Torres Restrepo ao ELN, em 1965, teve um grande impacto

## **NO OLHO DO FURACÃO**

*A atividade sindical na Colômbia pode resultar tão perigosa como a participação nas ações dos grupos guerrilheiros. A situação na qual se encontra Domingo Tovar Arrieta, Diretor do Departamento de Organização e Planejamento da CUT (Central Unitária dos Trabalhadores da Colômbia) é uma confirmação desse fato. Esse colombiano de 41 anos de idade, professor de segundo grau, pai de duas meninas, hoje mora fora de seu país, uma vez que se encontra ameaçado de morte. Tovar já foi alvo de quatro atentados, mas continua lutando pela mudança social, política e econômica.*

### **A Colômbia é o país da violência?**

Temos um país que está em guerra, e uma violência que a partir de 1948 toma conta da Colômbia, marcando de forma definitiva a sua história contemporânea. O eixo central dessa guerra é uma violência social que tem suas causas na própria estrutura social e econômica desenvolvida no país e no contexto internacional. A consolidação do modelo neoliberal exprime-se, entre outros fatores, na redução do gasto social que tem sido a ênfase dos últimos três governos. Estou falando de redução nas verbas para educação, segurança social, saúde, moradia, etc. Em contraposição, os recursos para o Ministério da Defesa são gigantescos. Além disso, os militares, por se tratar de “questões de segurança nacional”, manejam esses recursos com sigilo extremo, sem controle por parte das outras instâncias do poder. Parte desse dinheiro serve para o pagamento das “testemunhas sem rosto” que são um componente fundamental na chamada “Justiça sem rosto” que nasceu na Colômbia, supostamente, para combater o narcotráfico e o narco-terrorismo. Infelizmente, isso não ocorre. É uma violência social porque os trabalhadores com uma nova legislação de segurança social e uma nova reforma da lei trabalhista, que fazem parte do modelo neoliberal, têm perdido até o mínimo direito de realizar um protesto. Hoje existe na Colômbia a punição da ação social. Isso quer dizer que os sin-

dicalistas não podem fazer uma greve, uma paralisação, uma passeata. Isso nos dá o título de terroristas e de subversivos. Mais de uma centena de ativistas sindicais estão detidos nas cadeias colombianas sob esse tipo de acusação. Vale ressaltar o caso dos companheiros da “Unión Sindical Obrera” que estão sendo acusados de “narco-terroristas”.

### **Qual é a relação entre o narcotráfico e a guerrilha?**

Para falar nisso é bom levar em conta vários fatores. Primeiro, que o narcotráfico faz parte do capitalismo mundial. Segundo, que o povo colombiano não é consumidor da droga. E terceiro, que na Colômbia se produz uma das melhores bases de coca do mundo. Caso os Estados Unidos tivessem real interesse em combater o narcotráfico, eles fariam um investimento em campanhas para controlar o consumo dentro de suas fronteiras, já que eles são os maiores consumidores do mundo, em vez de usar esses recursos para incentivar a guerra e a violência em nossos países. Na Colômbia, o narcotráfico tem se transformado em uma fonte de emprego perante a incapacidade do governo. Por exemplo, em 1997 realizou-se uma greve de cocaleiros que não foi organizada por nenhum cartel de narcotraficantes. Foi uma ação organizada pelos trabalhadores do campo cuja atividade é o cultivo da coca. Por esse serviço eles recebem pagamento. Isso é toda uma cadeia de produção, desde o cultivo, passando pelo transporte, até chegar aos laboratórios onde é processada a folha e convertida em droga. O governo de Ernesto Samper Pizano é um governo ilegal, eleito com o dinheiro do narcotráfico. O narcotráfico é hoje um dos componentes do poder na Colômbia e sua relação é precisamente com os fatores do poder instituído e corrupto – políticos tradicionais, militares, juizes, etc. Essa, e não outra, é a relação mais clara do narcotráfico. Nós, como Central Sindical, como parte do movimento social colombiano, somos contra qualquer tipo de droga. Mas, exigimos do governo

nos movimentos de base da Igreja Católica, que na Colômbia sempre foi muito conservadora. A popularidade do padre Camilo Torres, como líder político revolucionário, cresceu significativamente com a sua morte em combate em 1966. Isso o colocou como uma figura mítica para o imaginário do movimento de esquerda não só na Colômbia como em outros países latino-americanos. Além do padre Camilo, ressalta-se a participação de Domingo Laín, sacerdote espa-

nhol, comandante morto em combate. E Manuel Pérez, padre jesuíta espanhol, chefe máximo do ELN até fevereiro deste ano, quando morreu nas montanhas colombianas vítima de hepatite.

Essa organização está hoje propondo um novo diálogo para um acordo de paz. As conversações começaram em Madri, na Espanha, e foram interrompidas porque os guerrilheiros consideram que não se respeitaram as condições prévias quando se fez “vasar” para a mídia

os resultados das primeiras reuniões. Segundo o governo colombiano, a ruptura deveu-se à morte do padre Manuel Pérez, o que teria radicalizado o Comando Superior do ELN. Os guerrilheiros já iniciaram o diálogo com o governo eleito. Na proposta de paz da guerrilha destaca-se uma convocatória para uma Assembléia Nacional Constituinte que defina os pontos fundamentais de um projeto nacional que permita encontrar uma saída política para a crise colombiana. **RA**

desenvolver um programa de ação social que permita que o trabalhador rural deixe de cultivar a coca. Que o governo abra uma zona de mercado para que os camponeses trabalhem com o café, a banana, o cacau.

#### **Como se exprime a aplicação do modelo neoliberal na Colômbia?**

Da população economicamente ativa, 57% estão na economia informal. Nas grandes cidades isso se reflete no aumento das vendas ambulantes nas ruas e avenidas e no crescimento das favelas e zonas marginais. Tudo isso contribui para que esses trabalhadores que estão sofrendo a crise econômica procurem as fontes de emprego, sejam elas quais forem. Também poderíamos falar do setor saúde que está privatizado. O governo começou com as chamadas empresas promotoras de saúde (EPS), que rapidamente o povo chamou de “Empresas Privatizadoras de Saúde”. Nos bairros populares os ambulatórios e os pronto-socorros foram fechados, excluindo do sistema de saúde a maioria das famílias colombianas. E isso não tem outro nome que não violência social. Por outro lado, está também a privatização da educação pública que se iniciou com a Lei 29. Isso sem entrar em detalhes a respeito dos demais serviços públicos (transporte, água, luz, esgotos, etc.) que já foram privatizados. A privatização na Colômbia é um fenômeno de centralização política desde o poder executivo. Concentra-se o poder, enquanto as responsabilidades são repassadas aos municípios.

#### **Existe a intenção do governo em difundir a idéia de que guerrilha e sindicalismo são a mesma coisa?**

Sim, existe a intenção de confundir a opinião pública internacional no sentido de que a guerrilha e o sindicalismo na Colômbia são a mesma coisa. Na realidade são duas coisas totalmente diferentes. Cada uma dentro de seu lugar social e político expressa a sua posição autonomamente. Existem coincidências quando falamos das soluções para os pro-

blemas fundamentais do país, embora as propostas políticas da guerrilha e dos movimentos sociais, em termos concretos, se encontrem em dimensões distintas. Desde os movimentos sociais estamos propondo um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo, um modelo de desenvolvimento sustentável, um modelo de desenvolvimento democrático. Essas propostas coincidem, em termos, com as propostas gerais das organizações guerrilheiras, no sentido de dar maior participação da população na dinâmica de desenvolvimento do país. Mas, a posição dos movimentos sociais é favorável a uma solução política para o conflito armado que hoje não só envolve as organizações revolucionárias e as forças de segurança do Estado colombiano, mas também os grupos paramilitares de ultra-direita, responsáveis pela maioria das chacinas acontecidas nas zonas rurais. As vítimas da violência política crescem a cada dia. Junto com essa violência cresce também o medo. Muitas pessoas enterram seus companheiros e familiares sem fazer nenhuma denúncia para evitar novas mortes. Uma das regiões onde mais tem acontecido esse tipo de massacre é na zona bananeira de Urabá, e quase todas as vítimas eram militantes da Central Unitária de Trabalhadores da Colômbia (CUT). Contudo, na Central, às vezes, tomamos conhecimento desses fatos depois de vários meses porque estamos falando de regiões bastante afastadas dos centros urbanos.

#### **Nos confrontos bélicos a população civil sofre outras conseqüências, além da violência direta?**

O conflito armado também tem gerado outro fenômeno grave: o deslocamento interno. Hoje fala-se em mais de um milhão de pessoas em condições de deslocamento. Pessoas que vão abandonando suas terras, suas casas e sua história pelo medo de serem mortas como supostas apoiadoras da guerrilha. Essas pessoas que fugiram da violência nas zonas rurais procuram segurança nas grandes cidades. Lá, no entanto, encontram-se com a violência social à qual, aos poucos, acabam-se integrando como vítimas e protagonistas.



notas da academia



**Custo do aluno e produção científica no Brasil**

A Folha de São Paulo dedicou várias páginas ao exame do custo por aluno em nosso ensino superior público e privado. Nossos valores seriam médios, comparáveis aos do Reino Unido. Quanto ao número de alunos por professor nossa média é baixa (9), semelhante à do Japão, porém inferior aos índices da França (19) e dos Estados Unidos (14). O jornal também comentou nossa participação na produção científica mundial (0,8%), que, embora pequena, cresceu 57% entre 1981 e 1995, um aumento 57% superior ao da média mundial e que faz paralelo com o aumento de profissionais com o doutorado no país.

**Folha de São Paulo, 26/4/1998**



**Ciência e democracia na Índia**

Um artigo instigante redigido pelo antropólogo indiano Shiv Viswanathan comenta a contribuição da Índia para a ciência e comenta a institucionalização da ciência ocidental no país, iniciada em 1784 com a criação da Sociedade Asiática de Bengala que conduzia os grandes levantamentos: botâni-

co, geológico e trigonométrico. Sugere que a Índia teria como missão se contrapor à "monocultura" representada pela moderna ciência ocidental.

**Science, 3/4/1998**



**Abismo entre a mídia e a ciência**

Um estudo recente demonstra os perigos de um distanciamento entre cientistas e jornalistas que ameaçaria o futuro dos Estados Unidos da América. Este "gap" é mais acentuado nas ciências e menor entre a mídia e setores como religião, economia, forças armadas. De um lado, os cientistas são descrentes da capacidade dos jornalistas de refletir com propriedade suas descobertas e temer seus pronunciamentos distorcidos. Os jornalistas, por sua vez, são em geral incapazes de decodificar resultados da ciência com clareza e precisão, por falta de conhecimento. O estudo faz propostas no sentido de aproximar os dois setores: educar os cientistas no sentido de redigir sumários de seus trabalhos que sejam livres de linguagem técnica e sugere aos jornalistas que consultem cientistas para fazer revisão de seus textos antes da publicação.

**Science, 27/3/1998**

**A terceira revolução tecnológica ...**

O editorial de Philip H. Abelson demonstra como as grandes companhias (Du Pont, Monsanto, Dow Chemical) estão gastando bilhões de dólares por ano em engenharia genética de plantas e adquirindo controle sobre pequenas empresas que estudam genomas. Novos herbicidas são apenas a ponta do "iceberg" biotecnológico que está latente na exploração do potencial biotecnológico das plantas que amanhã, segundo o articulista, vão fornecer não só alimento mas também combustível, fibras, produtos químicos de base e também produtos farmacêuticos. O Brasil, país de enorme potencial agrícola será apenas um comprador de sementes milagrosas ou poderá contribuir ativamente nesta fase de agricultura de alta tecnologia?

**Science, 27/3/1998**



**Novo sistema de avaliação reduz o poder dos "barões da ciência" na Itália**

O novo sistema instituído na Itália tem privilegiado a qualidade dos projetos e reduziu bastante a pulverização de recursos que gerava uma distri-

buição ampla e, conseqüentemente, escassa de recursos por grupo de pesquisa. Alguns nomes bem conhecidos não conseguiram pela primeira vez renovar seus auxílios por falta de mérito científico. Os pedidos de auxílio devem ser apresentados tanto em inglês como em italiano de maneira a permitir a participação de consultores externos.

**Nature, 9/4/1998**



**Tecnologia e ciência**

O editorial de Rodney W. Nichols mostra que entre 92 e 97 a iniciativa privada nos EUA manteve constante seu investimento em ciência básica (7 bilhões de dólares anuais). No entanto, o investimento em pesquisa aplicada saltou de 26 para 32 bilhões e o investimento em desenvolvimento de novas tecnologias foi de 86 para 114 bilhões de dólares anuais.

**The Sciences, março/abril 1998**



**Consolidação da proteção da propriedade intelectual na universidade nos EUA**

Um artigo muito interessante, assinado pela diretora do setor de



licenciamento tecnológico do MIT, a Dra. Lita Nelsen, levanta o impacto do decreto público implementado em 1980 e conhecido como "Bayh-Dole Act". O isolamento da pesquisa acadêmica das necessidades e demandas econômicas da sociedade e a orientação puramente acadêmica no preparo dos estudantes de pós-graduação dominavam os objetivos da universidade.

A autora sugere que o fim da Guerra Fria e a necessidade de equilibrar as finanças públicas levaram ao temor de um decréscimo significativo no apoio à ciência por parte do estado. A reação foi uma ênfase maior nos benefícios que os pagadores de impostos possam derivar da atividade acadêmica e na busca de maior apoio da indústria para a pesquisa universitária. A questão da propriedade intelectual é central nesse contexto. A nova lei teve como objetivo principal incrementar a expansão de pequenas empresas baseadas em alta tecnologia ao permitir que estas possam utilizar patentes que emanam de pesquisas financiadas com recursos públicos nas universidades. As universidades não desenvolvem as tecnologias patenteadas, mas, sim, as transferem para a indústria, auferindo compensação econômica que permitirá um aprimoramento de sua capacidade de executar sua missão e se habilitar a gerar mais conhecimentos no futuro. A autora comenta que a nova visão sobre a importância da propriedade intelectual na academia reflete

a mudança nas relações entre as universidades de pesquisa e a sociedade: não apenas ensino associado à pesquisa pura, porém uma preocupação crescente com um retorno via estímulo do setor produtivo.

**Science, 6/3/1998**



**Racionalismo triunfa na Suíça**

O papel da comunidade científica foi fundamental para garantir uma vitória de 2 para 1 em votação nacional que discutia os estudos com animais transgênicos e o patentamento de organismos modificados. Quarenta e um por cento dos eleitores compareceram para decidir sobre a iniciativa que, se vitoriosa, resultaria em uma paralisação da pesquisa com animais transgênicos e com engenharia genética que supostamente representariam um perigo para o ambiente. Paralelamente, a Suíça seria palco de um grande êxodo de jovens talentosos que teriam de emigrar para continuar seus estudos e pesquisas. Um comitê de bioética foi estabelecido e os debates resultaram em um salto na comunicação entre a comunidade científica e a população.

**Science, 12/6/1998**



**Patentes perdidas no Brasil**

A coluna de Luís Nassif comenta dados do trabalho de Luiz A. Meirelles sobre pa-

tentes registradas por estrangeiros e que se inspiraram em publicações acadêmicas de pesquisadores brasileiros. No sentido de incentivar um pragmatismo saudável entre nós está em preparação, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, um decreto que complementarà a Lei de Patentes e que se inspira no "Bayh-Dole Act", uma iniciativa americana que resultou em expressivo aumento na contribuição da academia na geração de patentes: anteriormente a essa resolução (1980), a média anual de patentes concedidas a universidades nos EUA era de 250 e atualmente já chega a 2.000. Cerca de 50% dessas patentes são licenciados, adicionando 21 bilhões de dólares à economia e criando cerca de 180 mil postos de trabalho anualmente. O valor líquido para a universidade gira em torno de 26 mil dólares por patente. Estes recursos são divididos em 3 partes iguais destinadas, respectivamente, à universidade, ao departamento onde o trabalho se desenvolveu e ao pesquisador ou grupo de pesquisadores que desenvolveu o invento. O aspecto essencial da nova lei é permitir que patentes possam resultar de pesquisas suportadas por dinheiro público e garantindo também aos pesquisadores envolvidos participação nos resultados financeiros, mesmo quando a pesquisa é inteiramente bancada pelo empregador.

**Folha de São Paulo, 13/3/1998**

**Revolução Francesa ?**

O ministro da ciência da França, o geocímico Claude Allègre, deseja iniciar reformas que possam imprimir maior competitividade à ciência francesa. Suas propostas principais: a) recrutar jovens para substituir os velhos cientistas (pretende criar mais de 6.500 novos claros); b) cortar a burocracia nas agências públicas de apoio à pesquisa e reduzir o número de participantes dos comitês; c) melhor coordenação entre as agências de fomento e criação de programas entre agências; d) fazer com que a pesquisa leve a resultados para a economia francesa, apoiar com recursos públicos a pesquisa desenvolvida em companhias pequenas e inovadoras, e e) aumentar a cooperação com outros países da Europa.

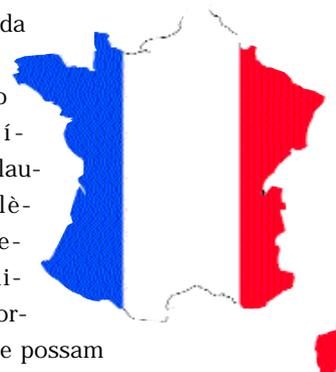
**Science, 6/3/1998**



**Número mágico**

A *Folha de São Paulo* diz estar preparando uma lista com todos os pesquisadores brasileiros com mais do que 200 citações relacionadas no Institute for Scientific Information. Segundo o jornal esse levantamento deverá servir para subsidiar análises sobre a produtividade de pesquisadores e instituições.

**Folha de São Paulo, 21/6/98**



**Greve**

100.000 pessoas participaram de protesto, em meados de maio, contra a reforma educacional proposta pelo governo, especialmente quanto à redução em 20% do número de aulas, de 15% no número de estudantes e ao plano do governo, de aumentar a autonomia financeira das universidades, preservando para si apenas o controle e a regulamentação. A associação de reitores não acredita que o Ministério consiga esse controle se abre mão do suporte financeiro. O protesto coincidiu com a greve salarial de 2.000 cientistas. Tudo isso aconteceu na Rússia.

**Nature, 393, 28/5/1998**

**Garantir direitos sobre a riqueza biológica do Brasil**

O comentário de Elizabeth Pennisi ecoa a reflexão de setores interessados que aguardam a tramitação pelo Senado Nacional de uma lei que visa a garantir que os nativos recebam algum benefício de produtos ou medicamentos derivados da enorme riqueza biológica da Amazônia e outras regiões de alta diversidade biológica. Se a legislação for clara e descomplicada ela poderá beneficiar povos indígenas sem inibir a pesquisa, lembra o botânico Steven King.

**Science, 6/3/1998**

**Otimismo**

O professor Fernando Reinach, em artigo na *Nature*, reconhecendo como positivas as mudanças políticas

recentes na América Latina, acredita que seria importante que as universidades e a comunidade científica respondessem aos desafios colocados pela necessidade do desenvolvimento. Na sua previsão, a mudança ambiental que afeta a comunidade científica levará ou à sua adaptação e evolução ou à sua extinção. Otimista, acredita que há uma combinação entre pressão e incentivo que propiciará um grande aumento da qualidade da ciência latino-americana.

**Nature, 393, 28/5/1998**

**Brasil versus Turquia**

O Brasil é um dos países do mundo com menor percentual de jovens matriculados no ensino superior. Até os 29 anos de idade temos 2,5% de jovens na universidade, enquanto a Turquia tem 3,8% e os EUA, 15,3%. O crescimento do ensino superior de 1991 para cá foi simplesmente vegetativo, acompanhando o crescimento da população e revelando a ausência de uma política de incentivo à educação superior.

**Folha de São Paulo, 21/4/1998**

**Esperando Godot**

O papel da ciência, de como ela deve ser administrada e de sua interação com o setor

produtivo são os temas de um artigo do professor Goldemberg publicado na *Science*. Criticando o procedimento de burocratas governamentais, que ficam eternamente esperando que a competência científica venha a disparar o desenvolvimento econômico, o professor Goldemberg lembra da peça de Beckett. Em oposição a um modelo de desenvolvimento que separa as atividades científicas, tecnológicas e de produção, propõe interligá-las mais fortemente, sobrepondo parte de suas atividades.

**Science, 279, 20/2/1998**

**Escola e trabalho**

A subescolarização da população alemã e seu treinamento técnico para o mercado de trabalho feito pelas próprias empresas é fator de preocupação. Claro que essa subescolarização se refere ao ensino superior.

As instituições de pesquisa apenas raramente se preocupam com a formação técnica. Isso causa um enorme atraso na preparação da força de trabalho. Na avaliação do comentarista, milhares de novas posições de trabalho deveriam ser criadas nas instituições de pesquisa para que elas pudessem dar conta da tarefa sem sofrer prejuízos.

**Nature, 393, 7/5/1998**

**Todos os números são mágicos?**

O número médio de referências (conseqüentemente, de citações) de um artigo varia muito conforme a área: entre 5 e 10 referências em Matemática, perto de 25 em Física e entre 35 e 40 em Biociências. Diferentes sub-áreas apresentam também diferenças significativas no número de citações. Detalhes podem ser obtidos na home page abaixo. O Institute for Scientific Information é uma entidade privada, com fins lucrativos, fundada em 1958 nos EUA e cataloga apenas publicações indexadas por ele cujos artigos tenham título e resumo em inglês.

[www.webofscience.com](http://www.webofscience.com)

**Ativistas contra a exploração de Yellowstone**

O Parque Nacional de Yellowstone celebrou acordo com uma companhia de biotecnologia que pretende buscar em suas fontes termais microorganismos de interesse comercial, como a bactéria *Thermus aquaticus*, que foi isolada lá e rende hoje cerca de US\$ 1 bilhão por ano para a Hoffman La Roche, sem benefícios para o parque. Os opositores do acordo entraram na Justiça alegando violação do "Acordo de Cooperação Pesquisa-Desenvolvimento", ratificado pelo Congresso dos EUA dentro de sua lei de transferência de tecnologia. Já os defensores alegam que o processo foi transparente e que o valor dos "royalties" não foi revelado por prejudicar os interesses comerciais da companhia.

**Nature, 12/3/1998**